

**FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**ADOCIMENTO PSIQUICO DE PROFESSORES:
Um estudo de casos em escolas estaduais de educação
básica numa cidade mineira**

**Pedro Leopoldo
2011**

Cristiane Magalhães Ferreira

ADOECIMENTO PSÍQUICO DE PROFESSORES:

**Um estudo de casos em escolas estaduais de educação
básica numa cidade mineira**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Administração
das Faculdades Integradas de Pedro
Leopoldo, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Administração.**

**Área de concentração: Gestão da Inovação
e Competitividade.**

Orientadora: Profa. Dra. Íris Barbosa Goulart

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por proporcionar a realização deste sonho;

Aos meus pais e irmãos, Camila e Fred pelo apoio, cada um a sua maneira;

Ao meu marido pelo incentivo e compreensão durante essa trajetória, entendendo minha ausência familiar;

A todos os meus amigos e familiares, que me acompanharam nessa caminhada;

A professora orientadora Dra. Íris Barbosa Goulart que foi um presente enviado por Deus na minha vida, sempre me orientando com dedicação, carinho e atenção durante a realização do presente trabalho.

Agradeço imensamente aos professores e gestores que contribuíram para a finalização do trabalho, disponibilizando tempo e atenção. Sem vocês, nada disso teria se tornado realidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as principais causas do adoecimento psíquico de professores de escolas públicas de educação básica em Minas Gerais segundo a visão de professores e de gestores de duas escolas do interior de Minas Gerais. O referencial teórico se baseou nos estudos desenvolvidos por Dejours sobre a Psicodinâmica do trabalho e em pesquisas feitas a partir da visão desse autor. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, que consistiu nos estudos de casos; o instrumento de coleta de dados foi a entrevista estruturada aplicada a 26 professores e a 4 gestores das escolas. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo e foi possível inferir os seguintes resultados: a maioria dos professores já experimentou adoecimento causado por condições de trabalho, mas nem todos chegaram a pedir afastamento, optando por trabalharem doentes. As manifestações de adoecimento são psíquicas como a depressão, o estresse, a fadiga e a síndrome de pânico e físicas, como as doenças associadas ao aparelho fonador e à postura. Os fatores identificados como causadores de adoecimento foram as condições de trabalho, a carga horária excessiva devida ao duplo turno, a violência no ambiente escolar, a falta de envolvimento da família com a educação dos filhos. As sugestões para evitar o adoecimento incluíram melhoria salarial, melhoria das instalações escolares, menor carga de trabalho, classes com menor número de alunos. Pelo fato de o estudo não permitir generalizações, sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas com o objetivo de identificar outros fatores que podem adoecer os professores, e sugerir melhorias para seu trabalho.

Palavras-chave: Adoecimento psíquico, Professor de educação básica, Psicopatologia do trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the main causes of mental illness of public school teachers of basic education in Minas Gerais in the view of teachers and managers of two schools in Minas Gerais. The theoretical framework was based on studies by Dejours on the psychodynamics of work and research done from the perspective of this author. We conducted a qualitative research consisted of case studies, the data collection instrument was a structured interview applied to 26 teachers and school managers 4. The interviews were subjected to content analysis and could infer the following results: most teachers have experienced illness caused by working conditions, but not all were asking away, opting to work sick. The manifestations of mental illness are as depression, stress, fatigue and panic disorder and physical diseases such as the vocal tract and posture. The factors identified as causes of illness were the conditions of work, excessive workload due to the double shift, violence in the school environment, lack of family involvement with their children's education. Suggestions for avoiding the illness included better salaries, improved school facilities, reduced workload, classes with fewer students. Because the study did not allow generalizations, it is suggested that further research be conducted in order to identify other factors that teachers can get sick, and suggest improvements to their work.

Keywords: mental illness, Professor of basic education, Work Psychopatology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apeoesp	Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CID-10	Classificação dos transtornos mentais e de comportamento
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Decise	Departamento de Ciências sociais na Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Superior
FE	Faculdade de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LER	Lesão por esforço repetitivo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
SEB	Secretaria de educação Básica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 1 - Indicadores de sofrimento.....	37
QUADRO 2 - Transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho (Grupo V da CID-10).....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
1.1	Problema de pesquisa.....	12
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Objetivo geral.....	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
1.3	Justificativa.....	13
1.4	Estrutura do texto.....	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Condições e desafios da educação básica no Brasil.....	15
2.1.1	Evolução histórica da educação básica no Brasil.....	15
2.1.2	O cenário e os desafios da educação básica no Brasil.....	20
2.2	O Trabalho e o adoecimento psíquico.....	28
2.2.1	O processo de adoecimento psíquico dos professores.....	34
3	METODOLOGIA.....	47
4	APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO: ESCOLAS PESQUISADAS.....	51
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	53
6	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	80
	ANEXO.....	86

1 INTRODUÇÃO

A vida cotidiana dos profissionais de educação, principalmente de quem atua na docência, é marcada por uma excessiva carga de trabalho, que necessita sobre-esforço, velocidade na realização das funções e grande pressão externa. A conseqüência de tudo isso se reflete de maneira prejudicial na saúde física e mental dos professores, transformando o trabalho, que deveria gerar prazer, em sofrimento.

Esse sofrimento pode ainda agravar-se mais quando confronta com as questões motivacionais, além daquelas relacionadas à subjetividade, como os sonhos, projetos, desejos que cada um vivencia e idealiza. Sendo assim o trabalho pode se tornar um desencadeador do sofrimento psíquico para quem o executa, deixando o indivíduo cada vez mais privado da liberdade de criação.

Infere-se, portanto, que o trabalho pode contribuir de maneira positiva ou não para a saúde mental do indivíduo. No segundo caso, o trabalho pode determinar distúrbios mentais, ou seja, contribuir para o adoecer psíquico.

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. (DEJOURS, 1993, p. 29).

Um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela que em todo o mundo 160 milhões de pessoas sofrem de males associados ao trabalho. Pelo menos 2,2 milhões de indivíduos morrem por ano em decorrência de doenças laborais e acidentes provocados pelas más condições de trabalho. Entre as enfermidades estão transtornos mentais (como depressão, ansiedade e síndrome do pânico), distúrbios osteomusculares (caso da Lesão por Esforço Repetitivo, a LER), cardiopatias, dores crônicas e problemas circulatórios. Esse quadro nos leva a admitir que o ambiente profissional pode ser considerado um importante desencadeador do adoecimento tanto físico quanto psíquico, e dentre as profissões

afetadas, se enquadram os professores, especialmente levando-se em consideração as condições em que trabalham na atualidade.

Martins (2005), professora da Paraíba que defendeu sua dissertação em Portugal, abordou o estresse dos professores do ensino fundamental em escolas públicas, considerando que as condições de trabalho no Brasil colocam em risco a saúde desses profissionais, os quais frequentemente são acometidos de estresse.

Lipp (2004) também aborda a questão do estresse do professor, realçando, no livro do qual é organizadora, que é importante cuidar da escola, amenizando as pressões sofridas pelos docentes, melhorando a qualidade de ensino e favorecendo as relações entre professores, alunos, pais, administração e toda comunidade escolar.

Codo (1999), pesquisador brasileiro que tem desenvolvido pesquisas sobre o trabalho e a saúde, ressalta uma enfermidade, o “*burnout*”, uma síndrome que se manifesta através da perda do sentido da relação do profissional com o seu trabalho. Quando ocorre o *burnout*, as coisas no seu ambiente externo passam a não afetar mais e qualquer esforço na busca dos valores de seu trabalho lhe parece inútil. Pode-se denominá-la “a síndrome da desistência”.

O foco deste trabalho será voltado, inteiramente, para os profissionais que atuam na educação básica.

Cada vez mais se percebe a importância da educação, e isto se torna evidente quando se observa que após a Constituição Federal de 1988 a educação ganhou um novo status, passando a ser mais valorizada.

O artigo. 205 da Constituição Federal de 1988 ressalta que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu Art. 22 aborda que

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Partindo desses pressupostos e analisando a importância e a contribuição do educador para colocar em prática o que ditam as leis, fica claro o quanto se perde com o adoecimento dessa classe. A consequência do adoecer acaba afetando diretamente a qualidade do exercício das funções e o papel desempenhado pelos professores é realmente insubstituível em qualquer sociedade.

Diariamente se ouve nos noticiários ou se lê em jornais e revistas comentários sobre as condições e riscos aos quais os professores estão expostos, principalmente nas escolas públicas. Dados da Secretaria Estadual de Educação apontam que 217 professores foram agredidos fisicamente no interior das escolas públicas do Estado de São Paulo em 2006. Levando-se em conta que o ano letivo no Estado é de 200 dias, na média, mais de um professor sofre algum tipo de agressão diariamente. Cabe acrescentar que esses dados não são muito diferentes daqueles registrados em outros estados brasileiros.

Entre 2007 e 2008, o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas), em parceria com o Programa de Pós-graduação em Educação e o Programa de Pós Graduação em Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas, realizou a pesquisa “Rede Particular de Ensino: Vida de Professor e Violência na Escola”, cujo principal objetivo foi verificar a percepção do professor sobre a violência nos estabelecimentos de ensino do setor privado. Foram ouvidos 2.500 profissionais em todo o Estado e a pesquisa mostra que 41% dos entrevistados já sofreram algum tipo de agressão. A maior parte dos agredidos (27%) foi vítima de ameaças, assédio moral ou violência psicológica. Cerca de 5% dos professores denunciaram ter sofrido violência física (RIGOTTI; TOSTA, 2008).

Nos meses de junho e julho de 2007, alunos de uma escola pública na cidade de São Paulo foram considerados suspeitos de incendiar o carro de uma diretora, uma funcionária foi pisoteada por alunos, outra teve o cabelo queimado com um isqueiro

e em São Bernardo do Campo, em uma escola municipal; uma professora perdeu parte do dedo indicador quando tentava trazer de volta para a sala de aula um aluno que se escondeu no banheiro (TERRA, 2007).

São essas as condições às quais inúmeros professores são submetidos enquanto trabalham no dia a dia, ampliando significativamente os índices de adoecimento psíquico. Foi apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1983, que a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, aquelas adquiridas em função do trabalho, incluindo desde reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite até esquizofrenia, são os professores. (VASCONCELLOS, 1997).

Diversas pesquisas têm coberto as condições às quais os professores da educação básica são submetidos e muitas delas apontam o ataque à saúde desses profissionais. Noronha (2001, p. 95) pesquisou sobre professoras do ensino fundamental em Montes Claros, em Minas Gerais, procurando identificar o estado da saúde dessas profissionais da educação diante do cenário das mudanças e as novas exigências. Buscou também identificar os conflitos experienciados no dia-a-dia e verificar se fatores externos como a falta de disciplina, violência, exigências dos pais, condições ambientais, dentre outros, contribuem para os agravos à saúde e concluiu que “O cansaço físico e mental bem como a insatisfação delas (professoras) parecem estar associados à sobrecarga de trabalho gerada no contexto das situações observadas.”

Em 1999, Codo (2002), pesquisou nas escolas públicas a influência das condições de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. Investigou aproximadamente 52 mil trabalhadores, dos quais 30 mil professores, em todos os Estados do Brasil, em 1.440 escolas. A pesquisa apontou que 25,1% da amostra apresentava exaustão emocional, um dos componentes da Síndrome de *burnout*. Após três anos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (2002) atualizou esses dados em amostras estudadas em todos os Estados e verificou novamente que os índices continuavam preocupantes.

Esses trabalhos são produzidos sob o suporte teórico da Psicopatologia do Trabalho, uma área de pesquisa que se desenvolveu a partir dos estudos de Cristophe Dejours, na França.

A preocupação que mobilizou os autores citados é a mesma que determinou o interesse da autora desta dissertação pela pesquisa apresentada nesta dissertação. Conhecendo as condições de trabalho de professores de educação básica que atuam na região onde reside e trabalha, definiu o problema de pesquisa e investiu esforços na produção deste trabalho.

1.1 Problema de pesquisa

Diante da situação exposta, se coloca a seguinte questão: Quais as principais causas do adoecimento psíquico de professores de escolas públicas de educação básica em Minas Gerais segundo a visão de professores e de gestores de escolas?

A resposta a esta questão direciona os objetivos da pesquisa que fundamenta esta dissertação de Mestrado.

1.2 Objetivos

Para responder á questão proposta, o trabalho busca atingir os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

Identificar e analisar as principais causas do adoecimento psíquico de professores de escolas públicas de educação básica em Minas Gerais segundo a visão de professores e de gestores dessas escolas.

1.2.2 Objetivos específicos

- 1 . Distinguir as principais manifestações de doenças psicopatológicas associadas ao exercício da função do docente.
- 2 . Levantar alguns incidentes críticos que emergem no cotidiano do professor objeto de estudo
- 3 . Listar os principais focos de problemas enfrentados por professores de educação básica na região.

1.3 Justificativa

A intenção desse estudo é de colaborar para o entendimento das causas do adoecer psíquico dos professores, por se tratar de um tema relevante e com alta incidência de ocorrência na classe dos professores de escolas públicas. O setor pesquisado, educação, é de extrema importância nacional devido principalmente a sua contribuição para a cidadania e assim, necessita de estudos e pesquisas, pois quanto mais se conhece mais fácil para estipular ações efetivas de prevenção. Registros da Secretaria de Administração do Estado de Minas Gerais nos últimos 10 anos apontam que a cada ano por volta de 20% de docentes de escolas públicas são afastados por adoecimento físico ou psíquico.

Para as escolas participantes e para os gestores que auxiliaram na viabilização da pesquisa, espera-se que a dissertação constitua oportunidade de reflexão sobre problemas importantes que fazem parte do seu cotidiano, assim como para a implantação de mudanças capazes de tornar o ambiente mais favorável à saúde dos docentes.

A esses motivos acresce a contribuição que a dissertação traz para os estudos acadêmicos, buscando levantar a produção científica sobre o tema adoecimento

psíquico e apontando os desafios vividos no cotidiano do professor de educação básica no Brasil.

A dissertação se justifica como trabalho realizado num curso de Mestrado em Administração porque constitui uma oportunidade de se refletir sobre a necessidade de os gestores da área de educação estarem atentos á valorização do profissional que assume a tarefa de formar as gerações mais jovens em escolas de educação básica em nossas cidades e que nem sempre é valorizado como merece.

1.4 Estrutura do texto

Este trabalho é composto dos seguintes capítulos: o primeiro capítulo, que é a Introdução, apresentou o tema da dissertação, comentou sua relevância, definiu o problema, os objetivos e a justificativa da realização da pesquisa.

O segundo capítulo constitui o marco teórico do trabalho e nele são abordados dois temas: o cenário da Educação básica no Brasil e o adoecimento por influência do trabalho, com ênfase no adoecimento de professores. O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada na pesquisa, caracterizando o tipo de abordagem feito, a classificação da pesquisa quanto aos meios e aos fins, apresentando a unidade de análise e os sujeitos de pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a técnica de interpretação dos resultados.

O quarto capítulo faz a apresentação do contexto onde se realiza a pesquisa, ou seja, caracteriza a educação básica na região do Médio Piracicaba, em Minas Gerais. O quinto capítulo apresenta a análise dos resultados, ou seja, analisa o conteúdo das entrevistas feitas e o relaciona com a teoria que fundamenta o trabalho. O sexto capítulo contém a conclusão do trabalho e as considerações finais, apresentando as limitações do trabalho e sugestões relativas a outras pesquisas que podem tornar mais claro o estudo do tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta dissertação cobre duas temáticas: a primeira se refere ao cenário da Educação Básica a partir do século XX, apresentando as estatísticas relativas às suas condições e os desafios identificados e a segunda trata da questão das relações entre o trabalho e o adoecimento, apontando algumas pesquisas já produzidas sobre o adoecimento de profissionais da educação em função de suas atividades laborais.

2.1 Condições e desafios da educação básica no Brasil

2.1.1 Evolução histórica da educação básica no Brasil

A origem e evolução da educação no nosso País tiveram seu início desde o século XII, na época do Brasil colônia, devido a educação escolar já se consolidar dentro dos moldes agrário-exportador dependentes. Ribeiro (2003) aborda essa questão apontando a responsabilidade designada aos jesuítas para catequizar e instruir a população dessa época, mesmo que apartado à realidade da vida da colônia.

Para Romanelli (2003, p. 33):

Foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia, feita através da obra dos Jesuítas. Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados.

Confirmando as mudanças anunciadas por Romanelli (2003), Ribeiro (2003) afirma que a forma de educar as pessoas foi sofrendo diversas transformações, inúmeras reformas de acordo com as políticas vigentes, passando a se organizar posteriormente conforme o modelo agrário-comercial exportador até iniciar a fase de estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização, compreendendo o período de 1920-1937.

Romanelli (2003), cujo trabalho foi produzido originalmente no final da década de 1970, expressa seu ponto de vista sobre as reformas que o país passou da seguinte forma:

Não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação (ROMANELLI, 2003, p. 43).

A partir do momento em que a economia passou para um modelo com base na industrialização, as solicitações da escola iniciaram. Instaure-se então uma crise proveniente de um desequilíbrio a partir de 1930, devido ao crescimento acelerado da demanda social de educação e o surgimento de uma demanda de recursos humanos, associados à incapacidade da reorganização do sistema educacional (ROMANELLI, 2003).

Historiadores e entre eles Gadotti (2000) costumam dividir a história da educação brasileira em três principais períodos. Esse autor considera o primeiro período como o “período do descobrimento”, que vai até 1930, e que possui a característica marcante do ensino tradicional, onde a figura central era a do educador e sua autoridade, sendo o ensino basicamente acessível para aqueles que pudessem pagar e extremamente voltado para a seara religiosa.

Conforme Gadotti (2000), o segundo período data de 1930 até o ano de 1964, e foi marcado pelo choque entre a escola privada e a escola pública, tendo as idéias liberais se prevalecido e trazendo a tona o conceito da “escola nova”, onde os métodos de ensino foram repensados e modernizados, passando a educação a ser centrada na criança.

Sobre esse período, Romanelli (2003) ressalta que o capitalismo industrial e a Revolução de 30 foram determinantes para o surgimento de novas exigências educacionais, apesar de não serem satisfatórias, pois para a autora, a expansão do sistema ocorreu de forma desordenada, despreparada, visando o Estado apenas

atender as pressões do momento do que viabilizar uma política nacional de educação.

Romanelli (2003) também aborda a questão do ensino dualista, para atender diferentes classes, sendo ensino primário ligado às escolas profissionais para os pobres e para os ricos, o ensino secundário, cujo preparava para o ingresso no ensino superior.

Para Gadotti (2000), o terceiro período teve início pós 1964, sendo o responsável por levar às escolas o autoritarismo típico do governo militar da época. Durante o militarismo, o ensino era predominantemente técnico e dava menor importância à formação humana. É desse período a homologação da Lei 5692/71, que colocava ênfase na profissionalização dos estudantes, em detrimento das disciplinas da área de humanas.

Sobre esse terceiro período, considerado o Regime Militar, Ghiraldelli (2003, p. 125) escreve que:

[...] se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e indiscutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional.

Somente após a década de 1980, que coincide com o final do período da ditadura militar é que o ensino brasileiro começa a fase de transição do ensino militar para o ensino básico atual (GADOTTI, 2000).

Deve-se realçar que Gadotti é um crítico do período revolucionário e que sua expectativa era de que com o Brasil voltando a ser um país democrático haveria maior avanço na educação básica disponibilizada aos brasileiros. Entretanto, o resultado, de imediato, não foi o esperado.

Depois da queda do Regime Militar e o início da nova democracia, ocorreu maior liberdade nos diferentes setores sociais e as instituições políticas democráticas brasileiras refletindo assim em maiores discussões da política educacional, choque das idéias pedagógicas e legislações vigentes (GHIRALDELLI, 2003).

Na Assembléia Constituinte de 1986, os setores públicos e privados se uniram em debates para que fossem traçados princípios básicos para a educação no país, de modo que o analfabetismo pudesse ser erradicado, a educação fundamental pudesse ser universalizada e, principalmente, para que a qualidade da educação no Brasil pudesse evoluir (ARANHA, 2006).

Em 5 de outubro de 1988, os princípios foram debatidos e trazidos a tona pela promulgação da Constituição Federal da República, na qual a educação mereceu um tópico e apareceu dentre os direitos e garantias fundamentais, sendo considerada um direito social, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a previdência social, a proteção à infância. No artigo 6º. da Carta Magna, a educação é considerada um dever da família, da sociedade e do Estado para com a criança e o adolescente (ARANHA, 2006).

Sobre a Constituição de 1988:

O Brasil ganhou uma nova Constituição em 1988 – certamente uma das mais avançadas quanto aos direitos sociais, se comparada com as anteriores. Durante o processo de elaboração da nova Constituição, em todos os setores, houve debates, pressões, movimentos populares, movimento de bastidores das elites e grupos corporativos etc. para verem seus interesses defendidos na Carta Magna. A educação não fugiu a essa regra (GHIRALDELLI, 2003, p. 205).

Aranha (2006) destaca alguns dos principais temas relevantes abordados pela Constituição de 1988: o advento do ensino público gratuito e obrigatório para o ensino fundamental, bem como sua extensão ao ensino médio; atendimento de crianças de zero a seis anos por creches e pré-escolas; acesso ao ensino público e gratuito como direito subjetivo do indivíduo, podendo o poder público ser responsabilizado caso não o forneça; valorização dos profissionais do ensino, introduzindo o plano de carreira para o magistério público; autonomia das universidades; aplicação da receita da União em 18% e dos Estados em 25%, no

mínimo, na educação; distribuição justa de recursos às escolas públicas e a criação de um plano nacional de educação, com o intuito de prover o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

Após o advento da Constituição em 1988, foi lançada a Lei Complementar 9.394, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB), editada no ano de 1996, a qual regulamenta a educação nacional (GHIRALDELLI, 2003).

A destinação dos recursos públicos, com o advento da nova LDB, passou a ser restrita às escolas públicas, sendo este um avanço, uma vez que na antiga lei as escolas privadas podiam receber verbas públicas para compra, construção ou reformas de seus prédios escolares. Somente é permitida hoje a destinação de verba pública às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada a finalidade não lucrativa (ARANHA, 2006).

Ghirdelli (2003) destaca que há muitos pontos positivos que a citada Lei pode contribuir para a educação do Brasil, como fixar para o Ensino Superior a dedicação de oito horas semanais de cada professor, impedindo assim que através de outros meios, pessoas que tivessem interesse em pleitear cargos administrativos se retirassem da sala de aula ou até mesmo para aqueles que dizem priorizar pesquisas lembrarem da importância da formação de professores e que cursos de licenciaturas não podem ser deixados de lado.

Aranha (2006) aponta que uma das críticas ainda enfrentada pela LDB é a doação de bolsas do ensino particular para alunos carentes quando há uma insuficiência do ensino público. Segundo os críticos, o mais sensato seria o Estado investir no setor público, aumentando vagas e melhorando o ensino, ao invés de distribuir bolsas de maneira insuficiente para a população de baixa renda.

Ghirdelli (2003) chama a atenção para um outro ponto polêmico, que se refere à formação de professores do ensino fundamental, tendo os mesmos a necessidade de graduar-se no ensino superior, nos cursos de Pedagogia ou Normal Superior.

Outras mudanças foram trazidas pela LDB de 1996 são as seguintes: o ensino religioso nas escolas públicas foi inserido no currículo, mas apenas como matéria facultativa. Filosofia e sociologia também passam a integrar o currículo de forma optativa (ARANHA, 2006).

Aranha (2006) também relata que em 2006, foi aprovado pelo Senado projeto de lei ampliando o ensino fundamental de oito para nove anos, bem como garantindo à criança o seu acesso à escola a partir dos seis anos de idade. A escola passou a ter mais flexibilidade para organizar a educação básica em ano letivo, semestres ou ciclos, abordagem esta que impede a retenção dos alunos nas séries iniciais, desde que haja método de avaliação da aprendizagem. Houve também a flexibilização da progressão regular por série. Esta medida, que visava corrigir o elevado índice de repetência no ensino fundamental, encontra-se ainda em fase de implementação, gerando algumas dificuldades de interpretação por parte das escolas e sendo pouco compreendida pelos pais, que se habituaram ao sistema anterior.

2.1.2 O cenário e os desafios da educação básica no Brasil

A Lei nº 4.024, de 1961, que definia as diretrizes e bases da educação nacional à época, estabelecia que o aluno tivesse quatro anos de estudos obrigatórios, período que foi denominado ensino primário. Logo depois, o Brasil assinou o Acordo de Punta Del Este e Santiago, e, através deste acordo, o Brasil assumiu a obrigação de manter seus alunos, obrigatoriamente, no ensino básico por seis anos, devendo tal situação ser regulamentada até o ano de 1970 (ARANHA, 2006).

Segundo Aranha (2006) no ano de 1971, foi sancionada a Lei nº 5.692/71, a qual previa a duração de oito anos do ensino básico obrigatório, sendo ele dividido em duas etapas, o ensino primário e o ensino médio. Esta lei teve a influência da visão americana, segundo a qual os alunos deviam ser preparados para o trabalho mais cedo, ou seja, o ensino propedêutico foi associado ao ensino profissionalizante a partir mesmo da quinta série, sob a forma de Iniciação para o trabalho.

Para Aranha (2006) a educação básica brasileira está em constante transformação desde a Constituição da República de 1988, e para que seja feita uma análise minuciosa desta realidade, é necessário que outras questões, que afetam diretamente a educação, sejam analisadas, tais como a desigualdade social, a economia, a valorização dos profissionais da educação, dentre outras.

Aranha (2006) coloca que a grande transformação da educação básica veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 de 1996, de acordo com a qual o ensino obrigatório para os alunos brasileiros passou a ter a duração de nove anos, sendo os alunos matriculados desde os seis anos de idade. De acordo com esta nova legislação, o caráter de preparação para o trabalho era omitido e, em vez disso, a escolarização se iniciava mais cedo, garantindo-se a permanência na escola por um período mais longo.

Segundo dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o cenário educacional brasileiro, a partir da década de 1990, se desenvolveu, aumentando o acesso ao ensino básico. Houve, assim, ampliação das vagas na rede de educação básica, dando mais oportunidades de aprendizagem aos jovens brasileiros. Apesar de se registrarem avanços na rede pública de ensino, o maior aumento do número de vagas deu-se nas escolas particulares que ministram a educação básica, as quais passaram a ser bastante competitivas no mercado (INEP).

Conforme Aranha (2006), de 1990 até os dias atuais, o percentual da população em idade escolar com acesso à educação básica já chega a 98%, sendo que a maioria destes alunos faz parte do quadro discente de escolas públicas municipais, estaduais e federais.

O Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2009 (atualizado em 20/10/2010) mostrou que o número de matrículas na educação básica é de 52.580.452. Já o número de estabelecimentos que disponibilizam a educação básica no Brasil chega a 197.468 (INEP).

Comparando-se a oferta da educação básica pela rede pública e pela rede privada, verifica-se que de acordo com o resultado do Censo Escolar da Educação Básica 2009, as matrículas da educação básica são ofertadas, principalmente, pela rede pública, que possui o total de 45.270.710 alunos. Já a rede privada contribui com 7.309.742 das matrículas do ensino básico (INEP).

Dentre os estudantes da rede pública, os alunos matriculados em escolas municipais estão em maior número, chegando às matrículas ao número de 24.315.309 (INEP).

Relevante destacar que, além do aumento de alunos em idade escolar matriculados em escolas públicas, outra importante preocupação do Ministério da Educação (MEC) diz respeito ao número de anos que o aluno deve freqüentar a escola, obrigatoriamente. (GHIRALDELLI, 2003).

Esta meta da educação nacional se tornou efetiva pela Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). que trata do aumento quantitativo do número de anos para o ensino obrigatório e diz ainda:

Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade (BRASIL, 2001).

Mais do que uma avaliação quantitativa, o MEC também se preocupa em avaliar a qualidade do ensino fundamental no Brasil, o que é feito através do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), e da Secretaria de Educação Básica (SEB) (INEP). Esta preocupação teve como origem uma crítica feita por Sérgio Costa Ribeiro, pesquisador do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, segundo o qual o aluno freqüentava oito anos e frequentemente não concluía o ensino fundamental, devido ao elevado número de reprovações.

O INEP aponta os instrumentos de medição da qualidade do ensino básico e médio do Brasil. A “Provinha Brasil” avalia e aponta sugestões de melhorias para a alfabetização dos alunos e para a escola de ensino básico público brasileiro.

Já o ensino médio do Brasil é avaliado através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ENEM avalia os alunos que estão concluindo o ensino médio, tanto em escolas públicas quanto em particulares, e é aplicado desde 1998. Além de medir a qualidade do ensino, este exame serve também como exame de seleção para as universidades, substituindo o vestibular (INEP).

Conforme Gadotti (2000), a educação no Brasil está longe de ser uma educação modelo. O aumento do número de vagas não é diretamente proporcional ao aumento da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos professores.

Graças a grandes mobilizações populares em torno do direito à educação, hoje, o acesso à educação básica está garantido para a maioria da população, mas não a qualidade. Persiste ainda uma cultura da repetência em nossas escolas (GADOTTI, 2000, p. 140).

Com o aumento do número de matrículas nas escolas, o ideal seria que mais professores fossem contratados para lecionarem, e, em consequência do avanço das escolas, o normal seria que o Estado investisse cada vez mais no professor. Mas não é isso que acontece na prática. Além das péssimas condições de emprego oferecidas pelas escolas públicas, os professores agora enfrentam um novo desafio, descartarem o curso normal, ou magistério, e voltar aos bancos das universidades para cursar um curso superior. Gasparini; Barreto, Assunção (2005), da Universidade Federal de Minas Gerais, divulgaram uma pesquisa na qual analisam questões relativas ao professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde, e denunciam as condições em que trabalham os professores e as dificuldades que são levados a enfrentar.*

Segundo Aranha (2006), devido às transformações ocorridas na educação após o século XX, temos que ficar atentos aos novos rumos que o ensino seguirá no Brasil. Para ela, é hora de os profissionais da educação se tornarem mais inventivos, mais criativos, para lidar com os desafios da educação contemporânea, que surgirão não apenas das novas gerações de alunos, mas também daqueles que estão excluídos do sistema e também dos adultos que precisam continuar sua formação, mas que foram educados dentro dos padrões das escolas tradicionais.

Ainda segundo a autora uma das maiores dificuldades é a perda dos parâmetros de professores e pais, já que a velha ordem “corrigia” os jovens desencaminhados através de coerções violentas, o que hoje não é mais permitido. Para ela, a solução está na busca de uma educação permeada pela imaginação, onde o professor deve se utilizar dos novos recursos, como, por exemplo, utilizar os avanços tecnológicos ao seu favor, ao invés de querer obrigar seus alunos a usarem somente livros.

Para Gadotti (2000), se existe uma perda de parâmetros para o educador, o mesmo ocorre também com o educando, uma vez que o aluno se torna cada vez mais violento e sem a menor noção de cidadania. Para o educando de hoje o ser humano não vem mais em primeiro lugar e sim o materialismo. Sobre esta nova “cidadania”:

Existe, hoje, uma concepção consumista de cidadania sustentada na competitividade capitalista. Ela se restringe ao direito do cidadão de exigir a qualidade anunciada nos produtos que compra. Seria uma cidadania de mercado (GADOTTI, 2000. p. 75).

Em uma matéria exibida pelo portal de notícias da Rede Globo, no site do Jornal Hoje, edição do dia 12/11/2010, reportagem de Ivani Schutz, pode-se perceber a falta de cidadania dos alunos de hoje. A coordenadora pedagógica Jane de Leon Antunes, de uma escola de Porto Alegre se diz com medo de voltar à sala de aula, por ter sido espancada por um aluno com uma cadeira e com socos, sofrendo fraturas nos braços e graves ferimentos no rosto. Segundo Jane, o aluno a teria agredido porque não concordou em tirar uma nota C, uma vez que ele sempre tirou notas altas. Em seu depoimento Jane descreve a barbárie ocorrida dentro da sala de aula: “Quando eu desacordei na segunda cadeirada ele veio com os punhos, veio me soquear, foi quando eu perdi os dentes” (G1 GLOBO, 2010b).

A violência chocou até mesmo o delegado responsável pelo caso, Fernando Soares, que disse: “São muitos anos de polícia e com certeza uma violência nesse âmbito escolar é a primeira vez que eu vejo, de quase chegar a óbito”. O acusado poderá responder por tentativa de homicídio (G1 GLOBO, 2010b).

Em outra matéria exibida pelo portal de notícias da Rede Globo, no site do Jornal Hoje, edição do dia 25/02/2008, foram relatados episódios de violência e atos de

vandalismo nas escolas e discutidas quais as causas e as possíveis soluções para este problema. A reportagem começa com o relato da dramática história da professora Eunice Martins, que perdeu a sensibilidade, e parte do dedo, por conta de um golpe de um de seus alunos. A professora possui 28 anos de profissão e teve sua mão direita prensada na porta de uma Escola Municipal de São Bernardo do Campo, Grande São Paulo (G1 GLOBO, 2008).

Uma ex-diretora que não quis se identificar para o repórter do Jornal Hoje, trabalhou por 20 anos em escola pública e deu o seguinte relato: “*Eu sei que existem escolas em que o aluno chega, coloca a arma em cima da carteira e fala: hoje eu vou embora a tal hora*” (G1 GLOBO, 2008).

Ainda segundo a reportagem do Jornal Hoje, foi feita uma pesquisa pelo sindicato dos professores do estado de São Paulo (Apeoesp) mostrando que quase 90% dos educadores sabem de casos de violência dentro das escolas. A pesquisa mostrou também quem são os maiores responsáveis pela violência, sendo 93,3% das violências causadas por alunos, 31,6% causadas por desconhecidos e 25,2% das agressões são causadas pelos pais, ou seja, por aqueles que possuem a obrigação de educar (G1 GLOBO, 2008).

Ainda segundo a pesquisa desenvolvida pela Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), vinculada na reportagem do Jornal Hoje, dos 684 professores entrevistados, 70% sabem da existência de tráfico de drogas nas escolas e 67% dos professores sabem que seus alunos usam drogas. Além disto, outros 46% ficaram sabendo de casos envolvendo armas dentro das escolas (G1 GLOBO, 2008).

Para o repórter do Jornal Hoje, ainda na referida matéria, Caren Ruotti, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, disse que não existem culpados. Segundo ela, a violência dentro da escola ocorre pela falta de integração entre a escola e a comunidade. Ela disse: “O aluno não é trazido pra discutir os problemas que existem na escola, e os professores também não. Muitas vezes acaba ficando esse clima de indisciplina, de desrespeito, onde as agressões surgem porque os problemas não são tratados e nem discutidos pela escola” (G1 GLOBO, 2008).

Ainda segundo a matéria, uma professora agredida que não quis se identificar está se desiludindo com a arte de educar, segundo ela: "Eu gosto do que eu faço, mas numa situação dessa a gente perde a ilusão. Perde o encanto de dar aula". Já o otimismo é que mantém outra professora lecionando na rede pública estadual: "É obrigação do profissional da área de educação não só transmitir os conteúdos programáticos, mas também educar realmente. O professor tem que mostrar a questão de valor, mostrar a questão de viver em sociedade. Lugar de criança é na escola" (G1 GLOBO, 2008).

Para Gadotti (2000), a sociedade é quem possui em mãos os melhores mecanismos para melhorar a educação. Neste sentido:

A esperança de uma educação de melhor qualidade está novamente nas mãos da sociedade. Há uma sociedade civil emergente, sobretudo em nível municipal, no qual estão realizando-se as melhores inovações educacionais. Essas inovações não se restringem a esta ou àquela perspectiva política. Trata-se de um movimento que perpassa partidos, sindicatos, movimentos sociais e que envolve a administração pública, a empresa privada, pessoas e grupos preocupados com a melhoria do ensino em diversas regiões do país (GADOTTI, 2000. p.141).

Conforme previu Gadotti (2000), as inovações para melhoria da educação vem surgindo de uma união entre sociedade civil e administração pública, principalmente em nível municipal. É o que ocorre na cidade de Santa Bárbara/MG, conforme veremos a seguir.

Em matéria exibida na Edição do dia 15/11/2010 do Jornal Nacional, foi discutida a Lei que tornará obrigatório o ensino de música nas escolas brasileiras a partir de agosto de 2011. Na cidade de Santa Bárbara/MG esta já é uma realidade e a música já é matéria obrigatória nas escolas municipais (G1 GLOBO, 2010a).

Segundo a reportagem, nas escolas de Santa Bárbara/MG as salas estão sempre cheias, os professores já estão observando melhoras significativas nas notas dos alunos em todas as disciplinas, ou seja, a música está sendo forte aliada na luta contra a evasão escolar. "Eles realmente gostam muito das aulas de música e as aulas fazem com que eles se relacionem melhor com a própria escola", explicou Mateus Braga, coordenador do projeto (G1 GLOBO, 2010a).

Ainda segundo a matéria, além de combater a evasão, a música na escola também aguça a criatividade das crianças e é um investimento barato e que surte efeito. "Instrumento improvisado vale demais. É muito fácil fazer com material reciclado instrumentos que soam bem", explicou o coordenador do projeto. A aluna Maiana Rafaela Dias melhorou sua concentração: "Antes, eu não conseguia prestar atenção muito. Agora é super diferente". Em três anos de projeto vários talentos foram revelados e a escola municipal mostrou para todo o país o que é cidadania na escola (G1 GLOBO, 2010a).

Sobre o papel do professor no desenvolvimento da cidadania:

Para encarar as competências modernas, inovadoras e humanizadoras, [o educador] deve impreterivelmente saber reconstruir conhecimentos e colocá-lo a serviço da cidadania. Assim, professor será quem, sabendo reconstruir conhecimento com qualidade formal e política, orienta o aluno no mesmo caminho. A diferença entre professor e aluno, em termos didáticos, é apenas fase de desenvolvimento, já que ambos fazem estritamente a mesma coisa. (...) Neste sentido, o professor não será mais profissional de ensino, mas da educação, pois o primeiro tende a ser instrução, treinamento, domesticação, enquanto a segunda busca a ambiência emancipatória (DEMO, 1996, p. 273).

Para Demo (1996), filósofo e pesquisador que tem se preocupado com a situação dos professores brasileiros, o papel do professor na formação da cidadania é de extrema importância. Este autor considera que o professor possui as ferramentas para construir uma sociedade mais justa, humana, repleta de solidariedade e não excludente.

O próximo item aborda a questão do adoecimento psíquico associado ao trabalho e analisa especificamente a questão do adoecimento do professor.

2.2 O Trabalho e o adoecimento psíquico

Segundo Ferreira (2004), no dicionário Aurélio 3ª edição, trabalho significa “atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento”.

Partindo desse ponto de vista, o trabalho seria a aplicação de um esforço qualquer na realização de uma tarefa transformando a natureza para obter sustento e bem-estar. A história do trabalho faz parte da humanidade e passa por diferentes civilizações, desde a pré-história aos tempos modernos, cada qual com suas características específicas formando uma imensa bagagem cultural.

Diversas formas de trabalho se desenvolveram passando pelas sociedades primitivas, pela escravidão, capitalismo e atualmente atravessa por modificações devido o aparecimento da tecnologia.

Crawford (1994) aponta que através das mudanças de paradigmas, as sociedades evoluem e assim a forma de trabalho e economia também se modificam. Esta autora considera que passamos da sociedade primitiva para uma sociedade agrícola, depois para uma sociedade industrial e atualmente vivenciamos a sociedade do conhecimento. Em todos os casos o trabalho é meio de sobrevivência.

Franco (1989) apresenta em seu artigo uma visão marxista referente ao trabalho e relata que a consciência humana nesta concepção é estabelecida a partir do trabalho e das relações sociais.

O trabalho é em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza um processo integrado no qual o ser humano faculty, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade... ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza [...] (MARX, 1979 *apud* FRANCO, 1989, p. 118).

Após a inserção no mundo capitalista, a necessidade de acúmulo de capital sempre se fez presente. Talvez por isso essa inserção se fez de maneira tão fácil e continua

arraigada no consciente ou até mesmo inconsciente das pessoas e das organizações. O trabalho passa a ser aceito como fator de enriquecimento pessoal além de ser referência do ser humano para progredir em vários âmbitos como aquisição de conhecimentos ou à sua cultura, além de direcionar para a realização e satisfação pessoal e profissional, proporcionando assim dignidade e valorização a quem o desenvolve. (MORAES; KILIMINIK, LADEIRA, 1993).

No entanto, às vezes o trabalho pode se tornar algo penoso, forçado, um esforço obrigatório, pouco reconfortante. Quando o exercício do trabalho advém de organizações que se baseiam nos moldes de dominação, essa característica apresenta-se de maneira mais visível.

Morgan (2007) ressalta que a mesma forma de exploração do trabalho que dominou na época da escravidão e no início da Revolução Industrial existe hoje em dia, porém com maior sutileza.

Ao longo da história, as organizações têm sido associadas a processos de dominação social nos quais indivíduos ou grupos encontram formas de impor a respectiva vontade sobre os outros (MORGAN, 2007, p. 281).

A partir das condições de trabalho e do modelo de organização no qual o indivíduo se insere, o trabalho pode passar a ser penoso e de difícil realização, vindo a afetar tanto a saúde física quanto a saúde emocional do trabalhador.

A interligação dos temas saúde mental e trabalho tem sido geradora de numerosas questões e pesquisas no âmbito organizacional. Na sociedade industrial e capitalista, onde o lucro ocupa lugar privilegiado e o ser humano nem sempre é devidamente valorizado, as repercussões do processo de trabalho sobre a saúde do trabalhador têm sido freqüentemente apontadas pelas pesquisas. Moraes e Kiliminik (1993), Lima (1995) Codo (1999) são alguns dos pesquisadores que, desde a última década do século XX vêm apontando as relações entre o trabalho e o adoecimento dos trabalhadores de diferentes setores

A sociedade a qual vivemos possui condições reais de ambiente que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores podendo vir a contribuir e fazer com que o

trabalho seja gerador de sofrimento e não de prazer. Para Morgan (2007, p. 280) “a saúde dos seres vivos é adversamente afetada pelas práticas das empresas que colocam o lucro antes do bem estar do ser humano”.

Dentre os teóricos que têm abordado a influência do trabalho sobre a saúde do trabalhador, Dejours (1994) ocupa uma posição de destaque, pelas pesquisas por ele iniciadas ainda na década de 1970. Esse autor analisa as relações existentes entre trabalho, prazer e sofrimento e o foco de sua análise é colocado sobre a organização do trabalho. Para ele, existe um "paradoxo psíquico do trabalho". Assim, para uns, o trabalho é fonte de equilíbrio; para outros, constitui causa de fadiga e sofrimento.

Dejours, (1993, p. 137) ainda ensina que:

O sofrimento é inevitável e ubíquo. Ele tem raízes na história singular de todo sujeito, sem exceção. Ele repercute no teatro do trabalho ao entrar numa relação, cuja complexidade já vimos, com a organização do trabalho.

Para o bom desempenho do trabalho, o ser humano necessita ter ou estar em perfeitas condições de saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946 definiu a saúde da seguinte forma: “A saúde é um estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (CAMARGO, 2010).

No caso do Brasil, a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, no art. 3º refere que:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (CAMARGO, 2010).

Dessa forma, para manter a integridade da saúde física e mental, o homem precisa de condições favoráveis e saudáveis no seu ambiente de trabalho. Através do trabalho o indivíduo se auto-realiza e assim possibilita o desenvolvimento de suas capacidades pessoais e insere em seu contexto social. (Mendes, 2006)

Dejours (1992) aponta que as conseqüências do processo de trabalho incidem na saúde do trabalhador e são resultados tanto das organizações do trabalho como das condições de trabalho, sendo essas as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho que refletem sobre o físico do trabalhador.

Mendes (2007, p.36), pesquisadora da Universidade de Brasília que tem desenvolvido diversas pesquisas sobre a saúde do trabalhador, cita para definir organização do trabalho como: “*a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa e as relações de poder que envolvem o sistema hierárquico, as modalidades de comando e as questões de responsabilidade*”.

Tanto as condições de trabalho quanto os processos de organização do trabalho podem configurar-se conforme os objetivos pré-definidos e estabelecidos pela direção da organização e ambos são relevantes no processo saúde/adoecimento. Portanto, os problemas de saúde ou o adoecer psíquico podem surgir conforme a influência da relação do trabalhador com o que lhe é imposto.

As conseqüências que surgem e produzem efeitos sobre o corpo do trabalhador, passam pelo aparelho psíquico, onde é imposto certo modo de funcionamento. O aparelho psíquico seria um lugar onde ficariam depositados os efeitos da organização do trabalho sobre o indivíduo.

Dejours (1994) afirma essa questão quando considera que, a tarefa realizada no trabalho constituirá apenas fonte de equilíbrio se proporcionar ao trabalhador a descarga apropriada de sua energia psíquica acumulada. Quando o trabalho possibilita a diminuição da carga psíquica torna-se equilibrante, mas quando impede a diminuição da carga psíquica passa a ser fatigante.

O trabalho fatigante pode se tornar perigoso para o aparelho psíquico. Na relação homem-trabalho o que prevalece é a organização do trabalho, geralmente determinada por outro. Muitas vezes essa organização acontece de maneira dominadora, o que acaba contribuindo para a fadiga e o sofrimento.

Dejours (1993) ressalta que na organização do trabalho prevalece uma vontade alheia, que aparece sob a forma de dominação, controle, exploração da mão de obra com substituição do livre arbítrio pela injunção do empregador.

Morgan (2007) reafirma o ponto de vista defendido por Dejours (1993), relatando que muitas organizações ampliam cada vez mais seus resultados devido à exploração e dominação do trabalhador, refletindo na sua saúde e bem estar. Assim é que com a bagagem taylorista deixada e as precárias condições para trabalhar que existem na atualidade, a organização do trabalho sedimenta-se com a exploração da mão-de-obra, a dominação do trabalhador, a alienação e a despersonalização, a excessiva carga de trabalho e as jornadas longas.

Importantes estudos têm sido realizados sobre a questão da psicopatologia do trabalho, objetivando analisar problemas atribuídos à organização do trabalho e elucidar informações importantes para estudos da saúde mental e do sofrimento psíquico dos trabalhadores. Inicialmente o ponto de vista defendido pela psicopatologia era de que as condições de trabalho são responsáveis pelo adoecimento do trabalhador. Entretanto, quando foi publicada a segunda edição de Loucura do Trabalho, Dejours, mais amadurecido pelos resultados de diversas pesquisas, admitiu que às condições de trabalho se somam aspectos subjetivos como determinantes do adoecimento.

Assim, nesta nova perspectiva, sendo o trabalho caracterizado como ambíguo por ser um fator de promoção da saúde ou elemento para o desencadeamento do adoecimento psíquico, a partir do momento que o trabalho age como propulsor do sofrimento psíquico, torna-se comum o trabalhador utilizar-se de estratégias de defesa para enfrentar as situações de sofrimento pelas quais está passando. (Dejours, 1993)

Segundo Dejours (1993/2004), essas defesas podem ser de proteção, de adaptação e de exploração. O autor aponta que as defesas, se utilizadas demasiadamente, promovem a alienação, mascarando assim uma ansiedade grave e luta contra riscos reais.

Para Mendes, 2007, p. 38 “As defesas de proteção são modos de pensar, sentir e agir compensatórios, utilizados pelos trabalhadores para suportar o sofrimento”.

Mendes (2007) considera a psicodinâmica do trabalho uma abordagem científica autônoma, com métodos e conceitos particulares construída com referenciais teóricos da psicopatologia, mas ampliando a visão do sofrimento no trabalho.

É objeto da psicodinâmica do trabalho o estudo das relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação para mediar contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento (MENDES, 2007, p. 30).

A psicodinâmica trabalha uma abordagem de pesquisa e ação sobre o trabalho, podendo analisar, criticar e reconstruir a organização do trabalho, que muitas vezes age como desencadeador das doenças psíquicas. Para Mendes (2007) esta área constitui uma “teoria crítica do trabalho”.

Além da fadiga e do sofrimento é comum surgir doenças psíquicas e ocupacionais, consideradas psicopatologias do trabalho. Para Mendes (2007, p. 37): “*O sofrimento surge quando não é mais possível a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização do trabalho*”.

Ainda segundo Mendes (2007), as outras defesas de adaptação e exploração exigem maior investimento por parte do trabalhador e por isso podem se esgotar mais facilmente. Possuem formas até mesmo inconscientes a negação do sofrimento e a submissão ao desejo da produção.

Mendes (2007) aborda que em estudos atuais de Dejours, o autor discute algumas patologias sociais, como consequência do uso abusivo de defesas por parte dos trabalhadores, tais como: da sobrecarga, da servidão voluntária e da violência.

Comentando o que propõe Dejours (2004), Mendes (2007, p 39) observa:

Patologias sociais de sobrecarga, segundo Dejours (2000), são as lesões de hipersolicitação, entre elas a LER/Dort e os problemas psicossomáticos.

A sobrecarga é de origem social, ou seja, é prescrita pela organização do trabalho; não é o trabalhador que decide a carga de trabalho. É na relação entre adversidade e liberdade que pode instalar-se a sobrecarga.

Além da sobrecarga, Mendes (2007) também classifica a servidão voluntária como uma necessidade do trabalhador para manter seu status social ou uma estratégia para crescer dentro da organização. Já a violência seria práticas de auto e hetero agressividade, além da agressividade contra o patrimônio.

Verifica-se, pois, que os estudiosos das questões relacionadas ao adoecimento do trabalhador tiveram seus horizontes ampliados a partir da visão trazida pela Psicodinâmica do trabalho, segundo a qual as condições do trabalho se somam às condições pessoais no processo de adoecimento e que, portanto, as mesmas condições podem levar um trabalhador ao adoecimento e outro não.

2.2.1 O processo de adoecimento psíquico dos professores

Para falar sobre a relação “trabalho/professor”, a professora Íris Barbosa Goulart define muito bem o significado dessa profissão. Para Goulart (2005, p. 02):

O trabalho é um dos meios pelos quais construímos nossa subjetividade, nos tornamos sujeitos. Isto porque o homem se objetiva através do trabalho; porque o trabalho é a oportunidade que ele tem de "ver-se" nos seus iguais, de perceber que partilham todos do mesmo destino social. Isto ocorre porque o trabalho é (ou deve ser) o resultado de uma escolha sua. O fato de o trabalho constituir uma escolha torna-se muito importante quando se trata de ser professor, porque se trata de uma profissão que, diferentemente de outras, não se encerra na jornada de 6 ou 8 horas, mas está associada a uma série de valores, atitudes, crenças e comportamentos dos quais às vezes nem temos consciência, mas que estão presentes em nossa vida 24 horas por dia.

Educar não é uma tarefa fácil. Exige muita dedicação, conhecimento e, sobretudo escolha para o exercício dessa profissão. É um ato de transformação (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999).

Educar, portanto, é o ato mágico e singelo de realizar uma síntese entre o passado e o futuro. Educar é o ato de reconstruir os laços entre o passado e o futuro, ensinar o que foi para inventar e re-significar o que será (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999, p. 43).

“Retomar o passado, refazer os vínculos com o presente, reorganizar o futuro, eis o que o professor faz.” (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999. p. 44)

A palavra educação provém do latim *educadio* que, além de instrução, também significa ação de criar, alimentar, alimentação, criação. Educador vem do *educator*: aquele que cria, pai, que faz às vezes do pai (CODO, GAZZOTTI, 1999. p. 49).

Para Goulart (2005), ser professor/educador exige algumas características pertinentes a essa profissão, como ser alvo de observação de todos e perceber que o propósito de ensinar vai além do que se pretende, pois *“aprende-se um modo de ser, de ver o mundo, de relacionar-se com o outro”*.

Ainda segundo Goulart (2005), um outro ponto que diferencia o professor é a detenção de poder, que se manifesta através da autoridade que lhe é conferida. Além da questão do poder e autoridade, também o professor torna-se um líder. O professor mantém a condição de líder dos alunos, e assim podem de forma consciente ou não, persuadi-lo.

Continuando a abordar sobre esses aspectos catalisadores para o bom exercício do trabalho do professor, para o professor cumprir o seu objetivo que é a aprendizagem do aluno, alguns fatores são necessários por parte dos mesmos, como capacidade intelectual e vontade de aprender. Também é importante o apoio extraclasse por parte dos pais. Mas a contra partida do professor nesse processo além do conhecimento e capacidade de transmissão de conteúdos, seria a afetividade. *“É mediante o estabelecimento de vínculos afetivos que ocorre o processo de ensino-aprendizagem”* (CODO, GAZZOTTI, 1999, p. 50).

O exercício da docência é de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania, para se fazer a construção da história de um país e, acima de tudo, para

contribuir com o desenvolvimento do ser humano (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999).

Toda ação humana é potencialmente geradora de significados, potencialmente transcendentos, mas apenas alguns poucos gestos tem a sorte de fazer a História, reservarem seu lugar no futuro. A menos que você seja um/a professor/a. Neste caso cada palavra dita, cada movimento do olhar tem seu lugar reservado no futuro do outro, do país, do mundo. Por bem e por mal (CODO, VASQUES-MENEZES, 1999, p. 44).

Mas quando o trabalho deixa de ser considerado uma fonte de contribuição e prazer passando a caracterizar sofrimento no exercício da profissão, doenças associadas surgem gerando significativas sequelas para o trabalhador.

Segundo Codo e Vasques-Menezes (1999), todo trabalho gera seu produto, mas quando o professor verifica que ocorre a ausência do seu produto, que seria a historicidade, a transformação, a educação dos seus alunos e a mudança social, ele mesmo o condena.

Mas é também a existência concreta do produto que permitiu e permite a alienação do trabalho, por isto Marx dizia que o trabalho alienado rouba do homem sua humanidade, e o transforma em um animal. Na exata medida em que rouba do homem o seu ser, o seu vir a ser, a sua História. O ardil que implicou na hegemonia da mercadoria é o ardil da transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, em mercadoria, em valor de troca, consiste em última instância em descarnar o trabalho das marcas que importou do trabalhador (CODO; VASQUES-MENEZES, 1999, p. 46).

Segundo estatísticas apresentadas pelo Ministério da Previdência, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a quantidade de benefícios urbanos acidentários concedidos no país em 2009 totalizam 326.344. Do total de benefícios concedidos, 8.327 foram concedidos para os assegurados devido à aposentadoria por invalidez, 827 foram concedidos para os assegurados por pensão por morte e 317.190 foram concedidos por auxílios doença, auxílio acidente e auxílio suplementar. Do total de 317.190 auxílios concedidos aos assegurados, 304.117 foram auxílios doença (95%), 12.880 auxílios acidente (4%) e 193 auxílios suplementares (1%). Diante de tais dados destaca-se o alto valor do número de auxílios doença concedidos pelo INSS (BRASIL, 2009).

Quando se fala em sofrimento psíquico, alguns estudos foram realizados sobre os indicadores do sofrimento.

Jayet (1994) *apud* Ferreira e Mendes (2001) define algumas categorias de sofrimento relacionadas ao trabalho, como mostra o QUADRO 1. Esse conjunto de manifestações de signos indicadores de sofrimento pode ser encontrado nos trabalhadores de forma simultânea ou parcelada.

QUADRO 1
Indicadores de sofrimento

REAÇÃO	CAUSA
- Medo	- Redução da capacidade corporal, em função das condições adversas de trabalho - Pressão psicológica, receio do julgamento alheio
- Baixa auto-estima - Desmotivação, tédio	- Desempenho de tarefas socialmente desvalorizadas e pouco reconhecidas
- Percepção de incapacidade	- Sobrecarga de trabalho
- Falta de referência de realidade	- Incompreensão das decisões organizacionais - Ambivalência entre segurança, rentabilidade e qualidade - Conflito entre valores individuais e organizacionais
- Insegurança quanto ao futuro	- Incerteza sobre o futuro da organização e sobre o próprio futuro
- Percepção de falta de sentido do trabalho - Depreciação da própria identidade profissional	- Ausência de retribuição financeira ou moral - Falta de reconhecimento do mérito pessoal
- Sentimento de injustiça, inatividade, culpa, inadaptação	- Ingratidão da empresa - Atribuição de recompensas sem considerar as competências

No campo da docência não é diferente. As reformas educacionais implantadas a partir da LDB e os modelos adotados nas organizações do trabalho cada vez mais contribuem para aumentar as exigências e competências do docente. A consequência gerada, baseando-se nos dados da OIT conforme citado anteriormente, é o surgimento de males associados ao trabalho.

Para Fábio José Garcia dos Reis, diretor de operações do Centro Unisal, em Lorena, no interior de São Paulo, o reconhecimento da importância do professor numa instituição educacional é algo que se constata ao longo da história e continua valendo até hoje. *"Os professores tornam-se referência pelas suas publicações, pelo relacionamento com o mercado, pela sua capacidade de elaborar novos projetos e serviços e pelas diversas conversas com os alunos na orientação para o estudo, pesquisa ou trabalho"* (AVANCINI, [2010]).

Para Roberto Lobo Leal e Silva Filho, diretor da consultoria Lobo & Associados, o professor é o *"DNA da instituição"* (AVANCINI, [2010]).

Ao realizar a pesquisa para a sua tese de doutorado, o sociólogo Gilson Borda pediu, em questionário distribuído aos alunos, que eles enumerassem, de forma classificatória (1º, 2º, 3º lugar), o que mais os atraiu no momento de escolha de uma instituição de ensino superior. Para 86,6% dos participantes, a qualificação e a titulação dos professores foram marcadas como um dos cinco atrativos mais importantes para a escolha da instituição, distribuídos da seguinte forma: 32,5% dos alunos consideram a qualificação dos professores como o item mais importante; 20,7% como o segundo item; 13,6% como terceiro; 9,3% indicaram como quarto item e 10,5% marcaram como quinto fator. Apenas 1,9% dos participantes enumeraram a qualificação e a titulação dos professores como item menos importante entre os expostos (AVANCINI, [2010]).

Mas na atualidade, vivenciamos um momento de crise, desvalorização da classe, níveis exacerbados de violência nas escolas, descrédito da educação e a manifestação de doenças psíquicas específicas que manifestam nos professores.

Atualmente os educadores estão experimentando uma crise de identidade. De forma mais ou menos direta, o conjunto de fatores que ingressam na configuração dessa crise aponta a um questionamento do saber e saber-fazer dos educadores, da sua competência para lidar com as exigências crescentes do mundo atual em matéria educativa e com uma realidade social cada vez mais deteriorada que impõe impasses constantes à atividade dos profissionais (BATISTA; CODO, 1999, p. 60).

Vários são os fatores que contribuem para a desvalorização da educação e assim para o adoecer psíquico do professor. Batista e Codo (1999) abordam algumas questões como a realidade do trabalho nas escolas que possuem alguns aspectos que podem ser favoráveis ou não, como as relações com os colegas, os magros recursos existentes para executar o trabalho, problemas singulares da instituição, violência, absenteísmo dos alunos, sentimentos de ódio e ressentimento e o tipo de gestão adotado.

Além de todas essas questões acima citadas, outro ponto importante a ressaltar abordado pelos autores Batista e Codo (1999) que contribuem para o sofrimento psíquico é a questão da exigência social que os professores enfrentam para provarem de qualquer maneira a sua competência, o que pode até mesmo levá-los a duvidar do próprio trabalho.

Acreditamos que: quanto maior a defasagem entre o “trabalho como deve ser” e a “realidade do trabalho” nas escolas, maior será o investimento afetivo e cognitivo exigido ao professor, maior será o esforço realizado, e por isso, maior será seu sofrimento no cotidiano do trabalho (BATISTA; CODO, 1999, p. 85).

Soratto e Olivier-Heckler (1999) escrevem sobre a questão salarial defasada dos professores. Os salários são reconhecidamente baixos e eles não contam com as possibilidades de progressão na carreira que algumas empresas privadas oferecem. Os cargos ocupados podem sempre ser os mesmos por toda carreira salvo algumas exceções que passam a ocupar cargos de chefia como coordenação ou direção.

A ordem econômica em um sistema capitalista exige a busca incessante de lucratividade. A partir do momento em que os professores exercem a sua profissão e

não são recompensados como deveriam, acabam esbarrando em outro ponto: a sobrecarga do trabalho para ter um salário mais digno.

Uma pesquisa foi realizada para verificar as condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica. Iniciou com um levantamento de teses e livros de toda a produção do país nos últimos dez anos e culminou com um livro sobre o assunto. O projeto – encabeçado pela Fundacentro, instituição vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que promove pesquisas científicas e tecnológicas sobre a saúde dos trabalhadores, e que teve apoio financeiro da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) – contou com a coordenação das professoras Aparecida Neri de Souza e Márcia de Paula Leite, do Departamento de Ciências Sociais na Educação (Decise) da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp (LEITE; SOUZA, 2007).

O projeto que coube à equipe da Universidade, composta por 13 colaboradores (entre eles professoras da Unesp de Araraquara, pesquisadoras da USP, doutores e pós-graduandos da FE), além das coordenadoras, consistiu em uma análise das tendências, nas pesquisas acadêmicas, sobre o trabalho e a saúde de professores no período entre 1998 e 2007. Para fundamentar o trabalho, as coordenadoras analisaram 64 resenhas (50 dissertações, 10 teses de doutorado e 4 livros) elaboradas pelos pesquisadores. O levantamento foi feito com base no Banco de Dissertações e Teses organizado pela Capes, no Sistema de Bibliotecas da Unicamp, com base acervus, e nas bases de dados das bibliotecas das universidades brasileiras que foram consultadas em meio eletrônico. Foi empregado também o sítio do *Scientific Electronic Library On Line (SciELO)*, organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (LEITE; SOUZA, 2007).

Nessa pesquisa realizada pela Fundacentro em colaboração com as confederações sindicais de professores do setor público e do setor privado, em uma das entrevistas, o professor de uma escola estadual de São Paulo relatou:

“eu trabalho só no Estado. Já trabalhei em escola particular e no Estado e no município e no Estado. Agora estou com dois cargos no

Estado, não com carga horária integral em cada um porque não aguento. Mas tem professores que dão até 64 aulas semanais.” Outros dois professores mencionaram os dilemas em escolas privadas de SP: *“tenho 50 alunos na sala de aula. Para mim, é normal ter 50 alunos na rede estadual, mas não na particular”* e *“é uma jornada estafante demais. São 20 turmas por semana em escola pública”* (LEITE; SOUZA, 2007).

Além da questão salarial ressaltada e da sobrecarga de trabalho, os professores ainda se deparam com a infra-estrutura inadequada ao processo de ensino.

Batista e Odelius (1999, p. 161), definem infra-estrutura como:

Um conjunto de aspectos que servem de suporte para as atividades que caracterizam a dinâmica da instituição escolar e que informam sobre condições do trabalho que influenciam de forma mais ou menos direta o processo de ensino-aprendizagem.

Batista e Odelius (1999) classificam alguns aspectos que são pertinentes as infra-estruturas das escolas e que contribuem para o processo de aprendizagem como: materiais básicos (carteiras, quadro, mesas, material de reprodução), materiais de apoio ao ensino, computadores, bibliotecas, salas diferenciadas para artes, laboratórios, telefones, armários, conservação do espaço físico, banheiros em boas condições, iluminação adequada e etc.

Se professores trabalham com uma infra-estrutura inadequada, com poucos recursos, para Batista e Odelius (1999) a exigência dos professores é ainda maior, pois os mesmos precisam de maior esforço para preparar as aulas por não possuírem instrumentos adequados, ou então, eles mesmos necessitam prover esses recursos, além de caracterizar para os alunos a escola como pouco atraente e desmotivante.

Outro ponto importante na atualidade que afeta diretamente a saúde psíquica dos professores diz respeito à violência e agressão nas escolas. Alguns casos recentes exibidos pela mídia que chocaram as pessoas foram citados anteriormente neste trabalho e nos remetem a questão de analisar como está a educação no nosso país em pleno séc XXI.

Baró (1983) *apud* Batista e El-moor (1999) cita a definição de violência e agressão como sendo a “*violência (é) a aplicação de uma força excessiva a algo ou alguém. Agressão seria a violência dirigida contra alguém como propósito de causar-lhe dano*”.

Infelizmente, o que se percebe hoje é a aplicação dessa definição no âmbito escolar de diversas maneiras. Batista e El-moor (1999) citam essas diferentes formas de violência, tais como: violência contra o professor, roubos e vandalismo que atingem o patrimônio da escola e agressões interpessoais.

Ainda segundo as autoras, a geração da violência gera efeitos tanto para a educação como para os educadores.

Perante um acidente, um ato de vandalismo, uma briga mais violenta, uma pedra estilhaçando o vidro na sala de aula, a balbúrdia se instala, mesmo se as conseqüências físicas, concretas, fossem nulas, o efeito sobre a dinâmica de trabalho é trágico. Correria, curiosidade da garotada, comentários, a diretora ou a coordenadora sendo chamada, a tentativa inócua de encontrar o responsável, ou o encontro e a possível punição do culpado. Não há como ensinar mais nada, o dia está perdido, o planejamento e o estudo necessário para aquela aula transferido, o clima de aprendizagem se esvaiu pelo ralo. A ocorrência da violência como parte integrante do cotidiano da escola é literalmente incompatível com o trabalho de educar (BATISTA; EL-MOOR, 1999, p.159).

Diante do aumento progressivo da violência nas instituições escolares, as escolas deixaram de representar um local seguro e protegido e incorporaram a violência do cotidiano. Em tal cenário, a educação e conseqüentemente os educadores estão inseridos, doenças psíquicas relacionadas ao trabalho surgem naturalmente, pois o ambiente é propício a manifestação das mesmas. (MENDES, 2006; GASPARINI *et al.* 2006).

Com a Portaria Nº. 1339/GM em 18 de novembro de 1999 o então Ministro de Estado da Saúde, Sr. José Serra no uso de suas atribuições, listou as doenças relacionadas ao trabalho, (elaborada em cumprimento da Lei 8.080/90 - inciso VII, parágrafo 3º do artigo 6º - disposta segundo a taxonomia, nomenclatura e codificação da CID-10). Segundo o artigo 2º, esta lista poderá ser revisada anualmente (BRASIL, 1999).

QUADRO 2

Transtornos mentais e do comportamento relacionados com o trabalho (Grupo V da CID-10)

DOENÇAS	AGENTES ETIOLÓGICOS OU FATORES DE RISCO DE NATUREZA OCUPACIONAL
Demência em outras doenças específicas classificadas em outros locais (F02.8)	- Manganês (X49.-; Z57.5) (Quadro 15) - Substâncias asfixiantes: CO, H ₂ S, etc. (seqüela) (X47.-; Z57.5) (Quadro 17) - Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro 19)
Delirium, não sobreposto a demência, como descrita (F05.0)	- Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro 13) - Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro 19)
Outros transtornos mentais decorrentes de lesão e disfunção cerebrais e de doença física (F06.-): Transtorno Cognitivo Leve (F06.7)	- Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro 3) - Chumbo ou seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro 8) - Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro 13) - Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro 13) - Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro 15) - Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro 16) - Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro 19) - Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)
Transtornos de personalidade e de comportamento decorrentes de doença, lesão e de disfunção de personalidade (F07.-): Transtorno Orgânico de Personalidade (F07.0); Outros transtornos de personalidade e de comportamento decorrentes de doença, lesão ou disfunção cerebral (F07.8)	- Tolueno e outros solventes aromáticos neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro 3) - Tricloroetileno, Tetracloroetileno, Tricloroetano e outros solventes orgânicos halogenados neurotóxicos (X46.-; Z57.5) (Quadro 13) - Brometo de Metila (X46.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro 13) - Manganês e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.5) (Quadro 15) - Mercúrio e seus compostos tóxicos (X49.-; Z57.4 e Z57.5) (Quadro 16) - Sulfeto de Carbono (X49.-; Z57.5) (Quadro 19) - Outros solventes orgânicos neurotóxicos (X46.-; X49.-; Z57.5)

Dentre as doenças relacionadas ao trabalho, algumas que caracterizam sofrimento psíquico são mais comuns em professores. A depressão é uma delas. (GASPARINI et al. 2006; MENDES, 2005)

No CID-10, Classificação dos Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10, da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1993) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-IV-TR™ e da ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, podemos encontrar a depressão caracterizada como “Transtorno do Humor” (INOCENTE, [2007]).

O CID-10 aborda o Episódio Depressivo de três formas diferentes de manifestação: leve, moderado e grave, com sintomas característicos como: humor deprimido, perda de interesse e do prazer, fadiga aumentada e atividade diminuída, concentração e atenção reduzidas; auto-estima e autoconfiança reduzidas; idéias de culpa e inutilidade; visões desoladas e pessimistas do futuro; idéias ou atos lesivos ou suicídio; sono perturbado e apetite diminuído (INOCENTE, [2007]).

No DSM-IV-TR™ (APA, 2002) aborda o Episódio Depressivo Maior como humor deprimido, pela perda de interesse ou prazer em quase todas as atividades grande parte do dia, por um período mínimo de duas semanas, além de causar consequências no funcionamento social, profissional ou em outras áreas relevantes na vida do indivíduo (INOCENTE, [2007]).

Além disso, segundo os pesquisadores Inocente *et al* [2007], a pessoa deve apresentar sintomas adicionais como: alterações do apetite ou peso, sono e atividade psicomotora; diminuição da energia, sentimentos de desvalia ou culpa; dificuldade para pensar, para concentrar-se ou tomar decisões; e, pensamentos recorrentes sobre a morte ou ideação suicida (planos ou tentativas de suicídio).

Pode-se também citar o stress ocupacional e o *burnout*. Segundo Moraes, Kilimnik e Ladeira (1993), o estresse é uma realidade existente e pode ser considerado um “*processo químico natural do corpo humano desencadeado a partir de algum agente estressor presente no ambiente*”.

Para Zille (2005) o estresse contribui de forma significativa para a produtividade diminuir e relaciona essa questão à dificuldade de concentração, decisão e esquecimento, podendo alcançar inclusive estafa (esgotamento físico-mental).

Codo e Vasques-Menezes (1999) caracterizam o *burnout* como uma síndrome que manifesta em trabalhadores, sendo a classe dos professores uma das que pertence ao grupo de risco, e essa síndrome apresenta alguns sintomas como a perda do sentido da sua relação com o trabalho. Nada mais passa a ser importante e o esforço passa a ser inútil.

Maslach (2005) define *burnout* como uma síndrome psicológica que apresenta exaustão avassaladora, sensações de ceticismo e desligamento do trabalho, além de sensações de ineficácia e falta de realização.

Codo e Vasques-Menezes (1999) chamam a atenção para que o *burnout* não seja confundido com estresse, sendo o *burnout* uma resposta ao estresse laboral crônico.

[...] O primeiro (*burnout*) envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho; é assim, uma experiência subjetiva, envolvendo atitudes e sentimentos que vem acarretar problemas de ordem prática e emocional ao trabalhador e à organização. O cento de stress, por outro lado, não envolve tais atitudes e condutas, é um esgotamento pessoal com interferência na vida do indivíduo e não necessariamente na sua relação com o trabalho (CODDO; VASQUES-MENEZES, 1999, p. 240).

Outro ponto abordado pela pesquisa que foi realizada pela Fundacentro citada anteriormente, está relacionado ao adoecer psíquico dos professores. Segundo dados levantados pela Fundacentro:

Esse mal-estar passa a se manifestar em sentimentos negativos intensos como angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada. A profissão docente é hoje considerada como uma das mais estressantes, uma profissão de risco, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT). E, não raro, os professores partem para a fuga de olhar o processo sem se reconhecer nele. Nas mulheres, os principais efeitos do mal-estar são amenorreia, cefaleia, melancolia

climatérica, frigidez, anorexia, bulimia, neurose de ansiedade e psicose depressiva (LEITE; SOUZA, 2007, p. 15).

Sobre essa questão do adoecimento psíquico, Couto (2004) aborda que quando o trabalho passa a exigir esforço do indivíduo, antes de adoecer psiquicamente, ele passa pela fase de tensão e sofrimento mental, onde vive ansiedade, tensão, insatisfação e é comum o uso de ansiolíticos e depois evolui para a fase de adaptação precária, onde surge por parte do indivíduo defesas psicológicas individuais como negação, racionalização, transferência de responsabilidade, regressão e fuga. Segundo o autor *“é comum o aparecimento do descompromisso, do medo, da desesperança e das diversas formas de defesas psicológicas coletivas”*.

Ao concluir este referencial teórico, vale ressaltar que o trabalho pode ser determinante de prazer, quando vem ao encontro das motivações pessoais e sua realização traz satisfação. Pode também ser determinante de sofrimento, quando contraria as necessidades biológicas, psíquicas ou sociais do ser humano e neste caso se diz que ele pode causar adoecimento. É neste segundo sentido que se pretende abordar o trabalho do professor de educação básica, embora de acordo com a Psicodinâmica do Trabalho também as condições subjetivas do trabalhador sejam aliadas às condições de trabalho para determinarem resultados de adoecimento. (Dejours, 2004).

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa, o que segundo, Richardson (1999) se adequa ao entendimento de fenômenos sociais, uma vez que se pretendeu analisar a interpretação que os sujeitos (professores e diretores de escolas) constroem da realidade social dessas organizações na primeira década do século XXI.

Uma das principais características das pesquisas qualitativas segundo Patton (1986)¹ é o fato de que elas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido a ser desvelado.

Essa posição justifica a escolha deste tipo de pesquisa pois buscou a compreensão das causas do adoecimento psíquico de professores, o que só é possível em função da análise das condições de trabalho e das interações sociais que ocorrem num contexto determinado.

Quanto aos fins, a pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva, uma vez que apresentou, descrito, os dados colhidos sobre a realidade das escolas estudadas e dos profissionais que atuam nelas. As pesquisas descritivas geralmente são realizadas pelos pesquisadores sociais que pretendem estruturar o conhecimento para poder aplicá-lo no futuro (Gil 2002).

Esse ponto de vista justificou a realização da presente pesquisa, pois a compreensão das causas do adoecimento psíquico dos professores pode servir como orientação para os gestores escolares sobre providências que possam garantir melhores condições de saúde para os funcionários.

¹ Patton, M. (1986). Qualitative evaluation methods. Londres: Sage Publications

Quanto aos meios, a pesquisa constituiu um estudo múltiplo de casos, modalidade que, segundo Becker (1993), é utilizada em ciências sociais visando a promover estudo de organizações ou comunidades.

As unidades de observação foram escolas de ensino fundamental e médio de uma cidade do interior de Minas Gerais, situada na região do Médio Piracicaba. Para cada escola foi enviada uma carta-convite, apresentando a ficha técnica da pesquisa convidando gestores e professores a participarem. As escolas que responderam favoravelmente, aceitando que os profissionais fossem entrevistados, foram visitadas pela pesquisadora.

Os sujeitos de pesquisa foram professores e diretores dessas escolas, aos quais se assegurou sigilo das informações e de seus nomes próprios e se pediu autorização para gravar as entrevistas, as quais depois foram transcritas e submetidas à interpretação. Os nomes próprios foram substituídos pela letra "S" e um número, era o identificador de cada elemento. Os professores foram designados como sujeitos professores (SP1, SP2, e seguintes) e os gestores foram designados como sujeitos gestores (SG1, SG2, e seguintes).

Trata-se, portanto, de uma amostra selecionada por conveniência e tipicidade. Através desse tipo de amostra o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem maior facilidade de acesso, admitindo que eles possam efetivamente representar de forma adequada a população (GIL, 2002).

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semi-estruturadas e de análise dos documentos. A análise documental foi realizada sobre documentos existentes em cada escola, tais como o estatuto e o regimento interno, os quais permitem a compreensão do seu histórico e funcionamento.

Quanto à entrevista semi-estruturada, foi composta de algumas questões orientadoras, a fim de que se pudesse deixar aos entrevistados a oportunidade de complementarem as observações como quisessem. Além das respostas apresentadas, foram registradas as posturas, o tom de voz, os gestos, expressões faciais, ou seja, a linguagem corporal, sempre que tais manifestações pudessem

servir como indicadores de percepções e sentimentos dos entrevistados. A transcrição das entrevistas foi feita respeitando-se a forma pela qual cada sujeito se expressou ao responder as questões.

A coleta de dados foi realizada no período de março a maio de 2011, nas escolas que integraram a amostra. As entrevistas transcritas foram submetidas à análise de conteúdo qualitativa, segundo orientações de Bardin (1977).

Constituíram etapas da análise de conteúdo das entrevistas: a fase da pré-análise, a análise do material e a interpretação. Na fase de pré-análise foram transcritas as entrevistas e a pesquisadora realizou a leitura flutuante, com o objetivo de familiarizar-se com o material. Na fase de análise do material, os dados brutos foram trabalhados e decodificados, ou seja, foi feito recorte, agregação e categorização dos conteúdos de forma a facilitar a análise a ser realizada (BARDIN, 1977). Para a estruturação da categorização do material, tomou-se como base os objetivos desta pesquisa e as perguntas formuladas. A fase final da análise de conteúdo é precisamente o momento da interpretação de cada uma das categorias.

Quanto às categorias de análise, foram identificadas as seguintes:

Entrevistas com professores:

1. Existência de afastamento por doença.
2. Motivos do afastamento dos professores.
3. Fatores que o entrevistado aponta para o adoecimento dos professores
4. Maiores dificuldades apontadas pelos professores da escola para o exercício de suas funções.
5. Experiências traumáticas vivenciadas pelos professores no dia-a-dia da escola.
6. Sugestões que o entrevistado daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável.

Entrevistas com gestores:

1. Tipo e manifestações de doenças determinantes no afastamento de professores da escola.
2. Fatores considerados determinantes de adoecimento de professores e maiores dificuldades que encontram para o exercício de suas funções nesta escola.
3. Sugestões que daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável

O próximo capítulo apresenta as unidades de análise, ou seja, as escolas nas quais foram coletados os dados.

4 – APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO: ESCOLAS PESQUISADAS

A região do Médio Piracicaba é uma região geográfica do Estado de Minas Gerais, próxima ao Vale do Aço e que possui um número pequeno de municípios. De acordo com dados finais do Censo-2010, a região do Médio Piracicaba tem, ao todo, 366 mil habitantes.

As escolas que foram pesquisadas recebem, neste trabalho, a denominação de Escola A e Escola B.

A Escola denominada A foi criada pelo decreto nº 4322, de 23/03/1915, tendo sido instalada em 28/08/1918. O prédio em que funciona foi construído pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, de acordo com a Lei Municipal nº 208, de 18/10/1906, sendo firmado um convênio com Estado de Minas Gerais para a liberação de recursos. Posteriormente, o imóvel foi doado ao Estado, tendo certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara em 05/02/1918. A escola está situada na região central do município e atende aos jovens que residem ao seu entorno.

Para atender à legislação de ensino, foi implantada, em 1967 a pré-escola. Nos anos de 1976 a 1979 e de 1984 a 1985, foi oferecido o curso de Educação integrada. Pela resolução nº 3054-179, publicada no Minas Gerais de 13/03/79, foi autorizada a extensão de série e pelo Decreto nº 24409/85, publicado no mesmo diário oficial de 23/03/85, foi criado o Ensino de 2º grau. A partir de 1977, atendendo à legislação de ensino, a escola desenvolveu os projetos de aceleração de estudo “Acertando o Passo” e “A Caminho da Cidadania” destinados aos alunos fora da faixa etária do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O Ensino fundamental foi extinto em 2003 e, atualmente, a escola ministra apenas o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio.

A Escola denominada B foi criada inicialmente como um estabelecimento anexo da Escola A. Em 1984, através do Decreto nº 23.484, de 08/03/84, foi criada a Escola

Estadual de 1º grau, oferecendo ensino de primeira à oitava série, recebendo uma denominação diferente da que tem hoje.

A Escola B recebeu a atual denominação pelo Decreto nº 24.859, de 1985. O início de suas atividades aconteceu em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, contando com apenas duas salas de aula. Com a expansão do bairro e o conseqüente crescimento da população, fez-se necessário o aumento da área física da escola, o que ocorreu em etapas, chegando a dez o número de salas de aula.

No ano de 1996, atendendo aos anseios da comunidade escolar, foi discutido e elaborado o Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, ficando definida a necessidade de se construir um novo prédio, com maior área física, já que o atual não comportaria a demanda. Em resposta às necessidades dos habitantes do bairro e adjacências, o Governo do Estado construiu e entregou no dia 20/12/99, o novo prédio da Escola B, que ocupa uma área de 6.184,50 m², sendo 3.013,90m² de área construída. O novo prédio conta com 16 salas de aula, pátio coberto, biblioteca, laboratório, sala de professor, cantina, sala para diretoria e vice-diretoria, sala de vídeo, secretaria, sala de Especialista da Educação, depósito e banheiros para funcionários e alunos. Através do Decreto nº 42.167, de 12/12/01, foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio. No ano de 2010, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, mediante instrução da Secretaria Estadual de Educação.

5 . ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada nos meses de abril e maio de 2011. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, sendo entrevistados 15 professores da Escola A e 11 professores da escola B, sendo alguns professores contratados e outros efetivos. Os professores são identificados, neste trabalho, como Sujeito Professor (SP) e recebem um número. Também foram realizadas entrevistas com gestores das escolas A e B, os quais, nesta pesquisa, são denominados Sujeito Gestor (SG). As entrevistas foram gravadas, transcritas pela pesquisadora e em seguida foram submetidas à análise de conteúdo qualitativa.

5.1 - Características sócio-demográficas do grupo de gestores

Os gráficos abaixo representam características dos gestores entrevistados, sendo o gráfico número 1 referente ao sexo. O gráfico número 2 representa a idade dos gestores, o gráfico número 3 a formação acadêmica dos mesmos e o gráfico número 4 o cargo que eles ocupam nas escolas estudadas. Já o gráfico número 5 e o gráfico número 6 representam o tempo de atuação profissional na área da educação e o tempo de atuação na escola da amostragem respectivamente.

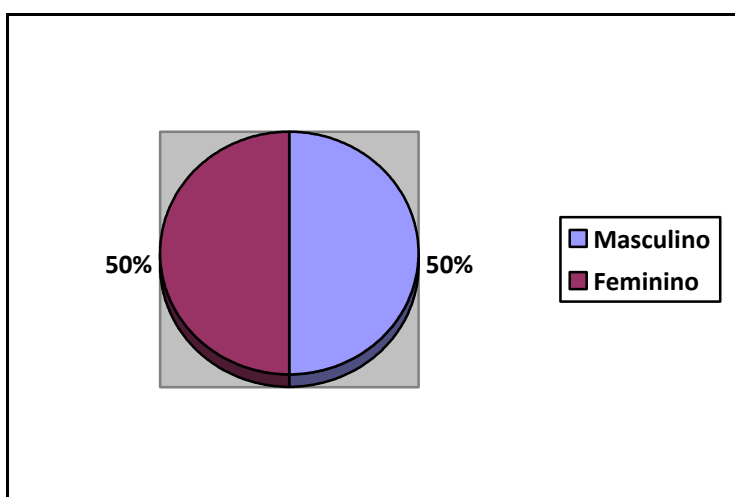


Gráfico 1- Sexo Gestores

Fonte: Dados da pesquisa

Foram pesquisados 04 gestores, sendo a metade deles do sexo feminino e a outra metade do sexo masculino. No tocante à idade, como indica o gráfico 2, metade dos gestores tem entre 31 e 40anos e a outra metade de 41 a 5^o anos.

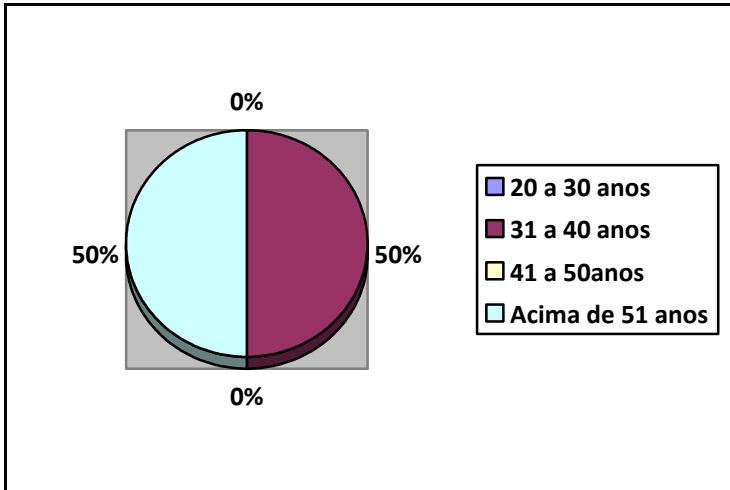


Gráfico 2 - Idade Gestores

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 3 apresenta a formação acadêmica dos gestores das escolas, todos têm curso superior, sendo que 50% deles tem Licenciatura em Matemática, 25% licenciatura em História e 25% Licenciatura em Ciências da Natureza.

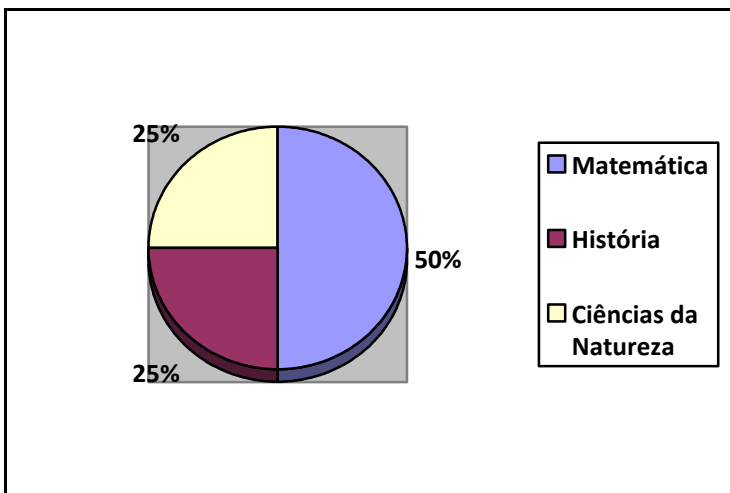


Gráfico 3 - Formação Acadêmica

Fonte: Dados da pesquisa

No tocante ao cargo que ocupam, metade dos gestores eram diretores das escolas e a outra metade eram vice-diretores, portanto, todos ocupavam cargos administrativos, lembrando que em Minas Gerais a indicação para tais cargos é feita mediante eleição pelos membros da comunidade escolar.

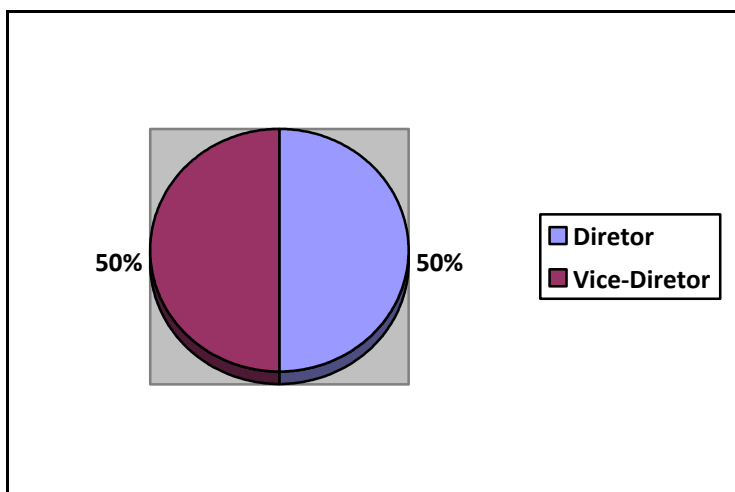


Gráfico 4 - Cargo que ocupa

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao tempo de atuação profissional, o gráfico 5 indica que a maioria deles (75%) atua na área educacional entre 22 e 32 anos e 25% atuam entre 11 e 21 anos. Este levantamento indica que os gestores são pessoas que convivem com as questões escolares há longo tempo e, provavelmente, dominam tais questões.

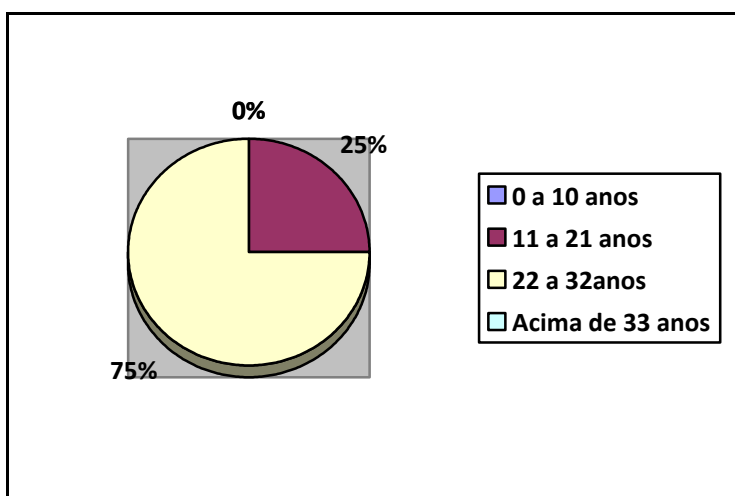


Gráfico 5 - Tempo de atuação profissional

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se o tempo de atuação na escola pesquisada, verifica-se que a metade dos gestores já está na escola entre 11 e 21 anos; 25% deles entre 22 e 32 anos e apenas 25% está na escola entre 0 e 10 anos.

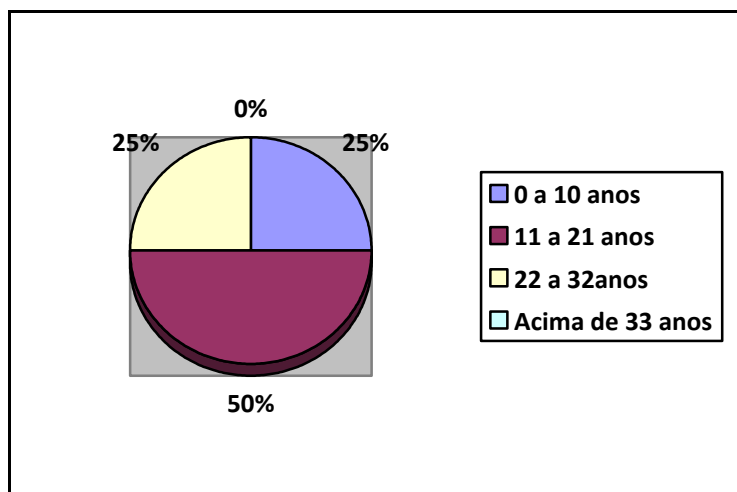


Gráfico 6 - Tempo na escola

Fonte: Dados da pesquisa

Portanto, as características desses gestores são indicadoras de que os mesmos conhecem bem o estabelecimento onde atuam, o que dá credibilidade às suas análises da realidade escolar.

5.2 - Características sócio-demográficas dos professores entrevistados

Os professores entrevistados, em número de 15, que lecionam na escola caracterizada na pesquisa como escola A, apresentam as seguintes características demográficas representadas nos gráficos abaixo.

O gráfico número 7 representa o sexo dos sujeitos professores da escola A. O gráfico número 8 representa a idade dos professores da escola A, o gráfico número 9 a formação acadêmica dos mesmos e o gráfico número 10 o cargo que eles ocupam nas escolas estudadas. Já o gráfico número 11 e o gráfico número 12 representam o tempo que lecionam e o tempo que lecionam na escola da amostragem respectivamente. Finalizando, o gráfico número 13 representa o número de professores da escola A que relataram já ter manifestado doenças psíquicas durante o seu tempo de atuação na área da educação.

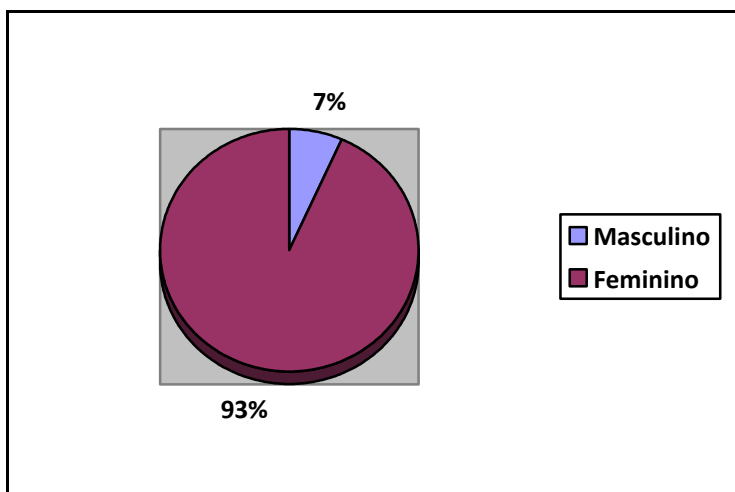


Gráfico 7 - Sexo Professores escola A

Fonte: Dados da pesquisa

No tocante ao sexo, pode-se afirmar que apenas 7% dos docentes são do sexo masculino.

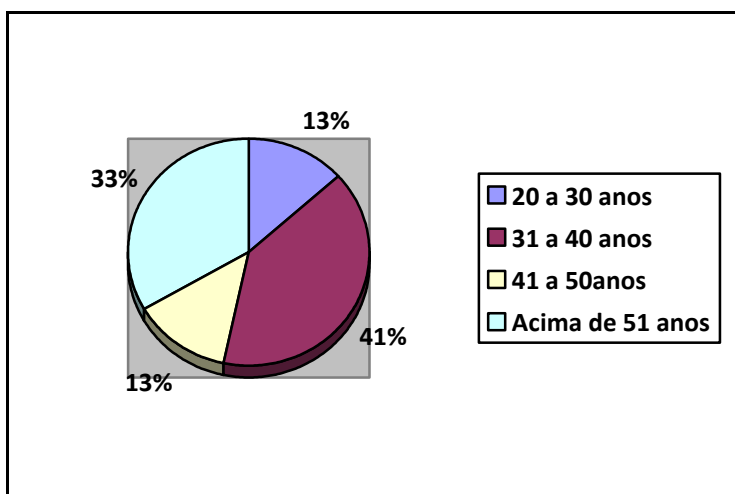


Gráfico 8 - Idade Professores escola A

Fonte: Dados da pesquisa

Já no que diz respeito à idade, verifica-se que a maioria dos docentes (41%) tem entre 31 e 40 anos. O grupo imediatamente inferior (33%) tem de acima de 51 anos. Apenas 13% têm idade entre 20 e 30 anos assim como 13% também tem entre 41 e 50 anos. Trata-se, portanto, de uma população mais madura, professores que já vêm atuando há um número de anos.

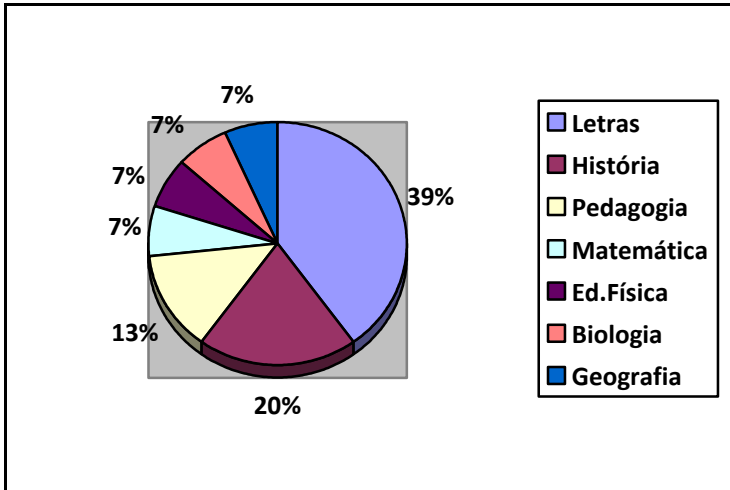


Gráfico 9 - Formação Acadêmica Professores escola A

Fonte: Dados da pesquisa

A formação acadêmica dos docentes é bem diversificada, sendo dominante a formação em letras (39%) e em História (20%). Possui (13%) do quadro de professores formados em Pedagogia. Os demais são formados Educação Física, História, Biologia, Geografia, ocupando apenas (7%) da amostra cada uma dessas formações.

Todos exercem o cargo de Professor de ensino fundamental, como indica o gráfico 10, não estando esses professores no exercício de outros cargos.

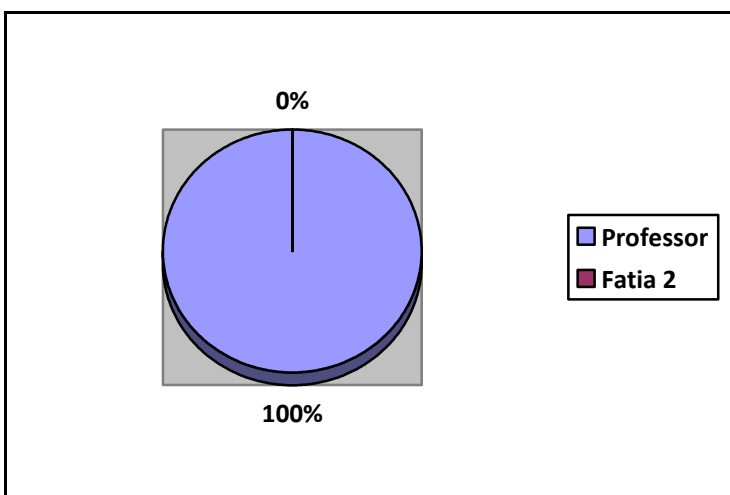


Gráfico 10 - Cargo que ocupam professores escola A

Fonte: Dados da pesquisa

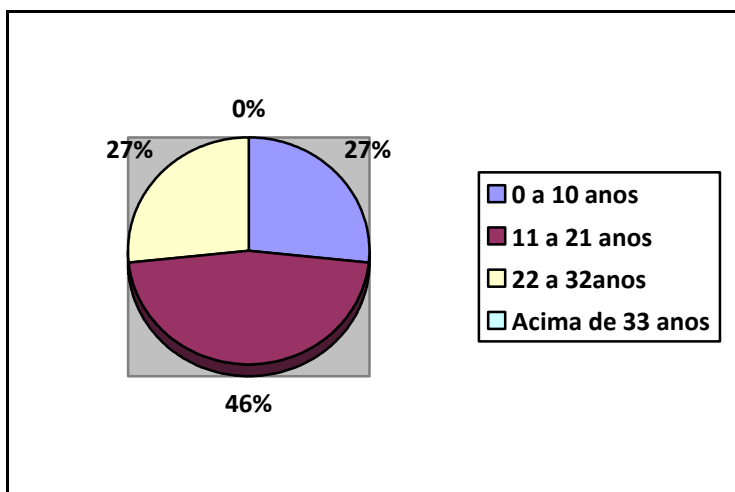


Gráfico 11 - Tempo de atuação profissional professores escola A

Fonte: Dados da pesquisa

No tocante ao tempo de atuação profissional como docente, a maioria (46%) dos professores da Escola A estão exercendo a função de 11 a 21 anos o que evidencia uma experiência significativa.

Já o gráfico 12 indica que a maioria deles trabalham na escola A no período de 0 a 10 anos, evidenciando boa permanência na mesma.

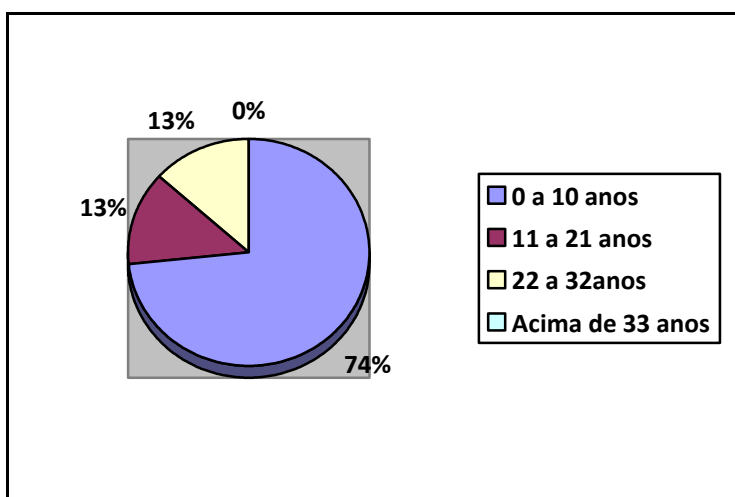


Gráfico 12 - Tempo dos professores na escola A

Fonte: Dados da pesquisa

Interrogados a respeito do adoecimento psíquico, 53% dos professores da Escola A já vivenciaram manifestação de adoecimento psíquico, embora nem todos afirmem terem sido afastados por este motivo. Esses professores trabalharam doentes, por adoecimento psíquico, conforme será explicitado na análise das entrevistas.

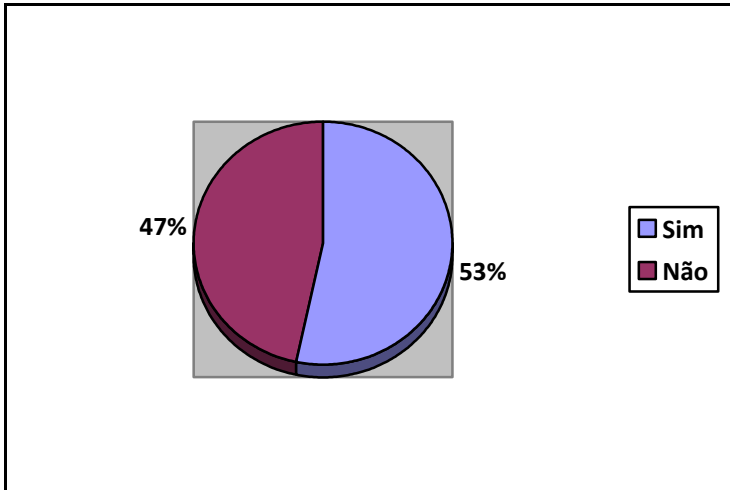


Gráfico 13 - Professores da escola A que manifestaram adoecimento psíquico

Fonte: Dados da pesquisa

Os professores entrevistados que lecionam na escola caracterizada na pesquisa como escola B, em número de 11, apresentam as seguintes características demográficas representadas nos gráficos abaixo.

O gráfico número 14 representa o sexo dos sujeitos professores da escola B. O gráfico número 15 representa a idade dos professores da escola B, o gráfico número 16 a formação acadêmica dos mesmos e o gráfico número 17 o cargo que eles ocupam nas escolas estudadas. Já o gráfico número 18 e o gráfico número 19 representam o tempo que lecionam e o tempo que lecionam na escola da amostragem respectivamente. Finalizando, o gráfico número 20 representa o número de professores da escola B que relataram já ter manifestado doenças psíquicas durante o seu tempo de atuação na área da educação.

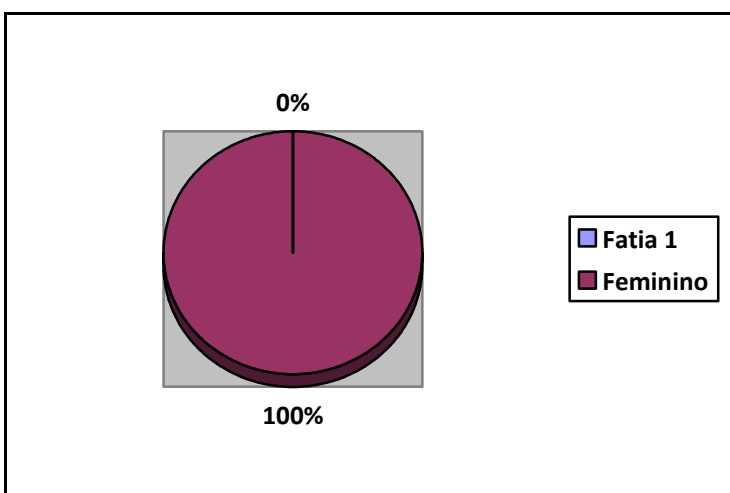
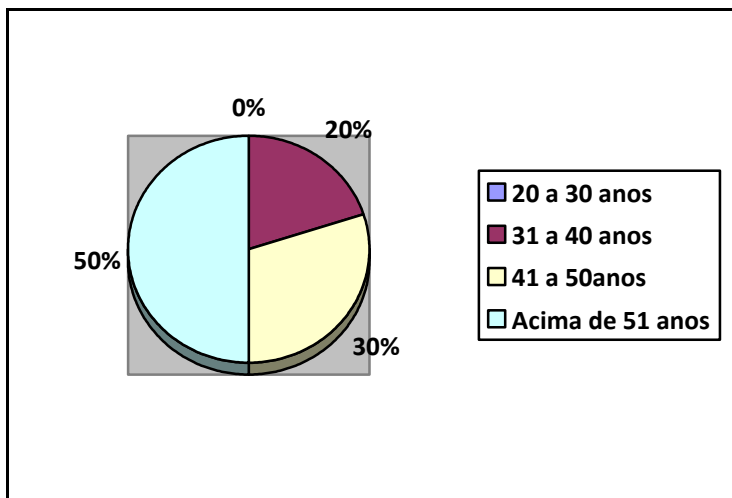


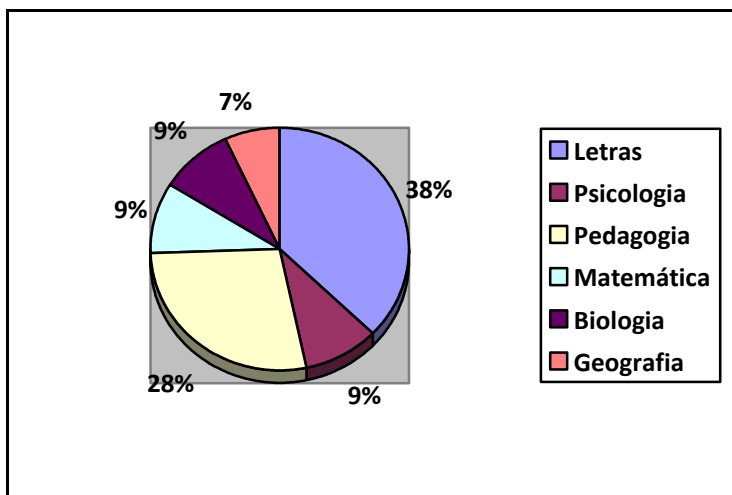
Gráfico 14 - Sexo Professores escola B

Fonte: Dados da pesquisa

Como fica evidente no gráfico 14, todos os docentes da Escola B entrevistados são do sexo feminino, sendo que a metade deles tem a idade acima de 51 anos seguido do próximo grupo representado por (30%) que corresponde a faixa etária entre 41 a 50 anos, seguido de (20%) incluídos na faixa de 31 a 40 anos Trata-se, portanto, de uma população mais madura. O que fica evidenciado com os dados do gráfico 15.

**Gráfico 15 - Idade Professores escola B**

Fonte: Dados da pesquisa

**Gráfico 16 - Formação Acadêmica Professores escola B**

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que (38%) dos docentes da escola B tem licenciatura em letras, seguido de (28%) formados em Pedagogia. Com a formação acadêmica em Psicologia possui

(9%) assim como com a formação em Matemática e Biologia. Os professores da escola B também possuem (7%) com a formação acadêmica em geografia.

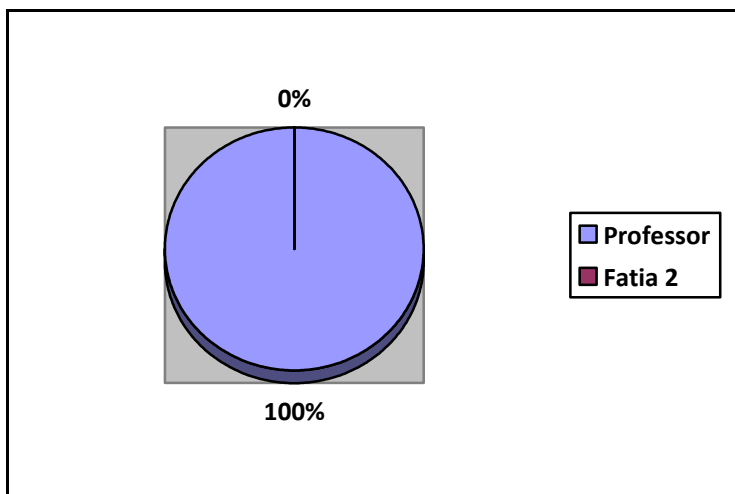


Gráfico 17 - Cargo que ocupam professores escola B

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os professores da Escola B ocupam apenas o cargo de professor, não estando no exercício de outro cargo administrativo.

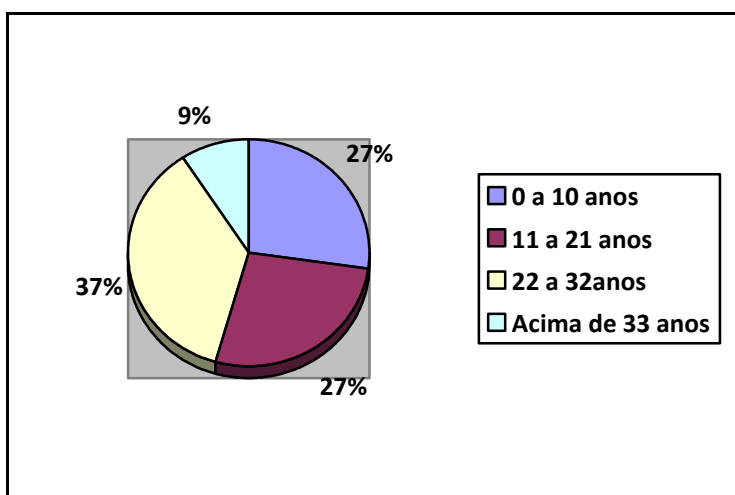


Gráfico 18 - Tempo de atuação profissional professores escola B

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao tempo de atuação profissional, em sua maioria (37%) dos professores da Escola B já atuam no período de 22 a 32 anos como professores e cerca de (27%) dos professores atuam como docentes no período de 0 a 10 anos assim como também (27%) dos professores já lecionam entre 11 a 21 anos. Apenas (9%) trabalham como professores há mais de 33 anos. Podemos verificar com esses

dados do gráfico 18 que o quadro de professores da escola B é composto por professores de grande experiência.

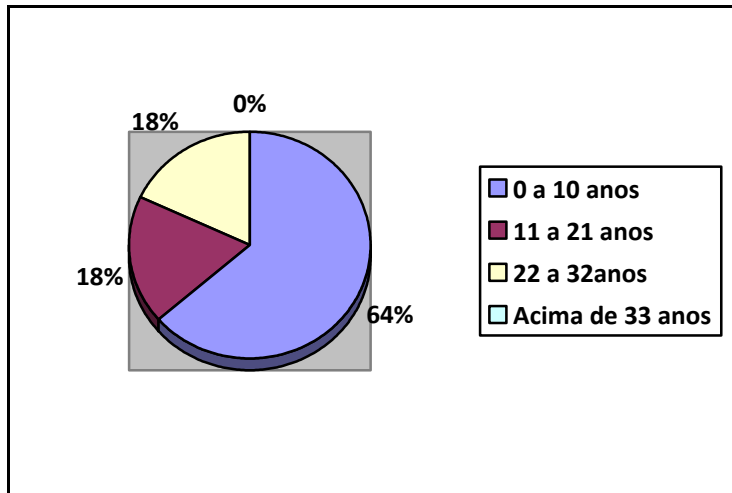


Gráfico 19 - Tempo dos professores na escola B

Fonte: Dados da pesquisa

Dos professores entrevistados, 64% já estão na Escola B entre 0 e 10 anos e 18% entre 11 e 21 anos. Os outros 18% têm mais tempo na escola, ou seja, mais de 22 anos.

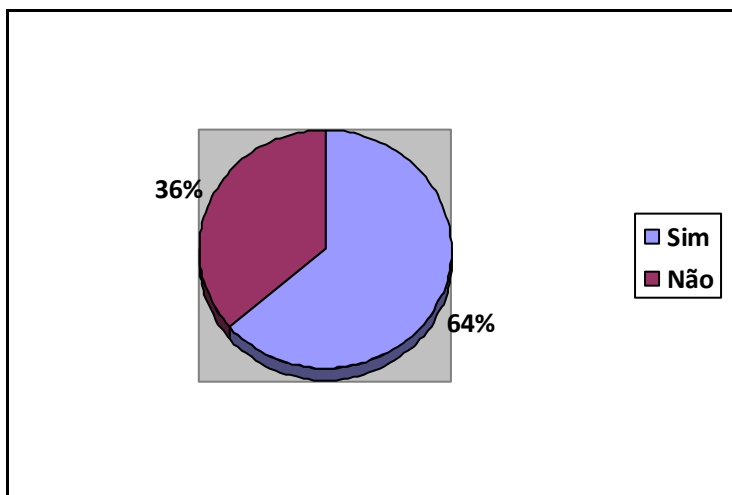


Gráfico 20 - Professores da escola B que manifestaram adoecimento psíquico

Fonte: Dados da pesquisa

Também na Escola B é significativo o número de docentes que já tiveram alguma manifestação de adoecimento psíquico (64%), o que é um indicador relevante de como os professores têm sua saúde afetada pelo exercício profissional.

5.3 – Análise de conteúdo das entrevistas

A análise das entrevistas é apresentada com referência às categorias estabelecidas e citam-se, de início, as falas dos professores, selecionando-se as mais significativas.

Categoria 1 – Existência de adoecimento ou afastamento por doença.

Como foi verificado no levantamento sócio-demográfico dos docentes entrevistados, mais da metade dos professores das duas escolas já tiveram manifestação de problemas de adoecimento. Foram questionados sobre a ocorrência de afastamento por doença relacionada ao trabalho e os relatos abaixo confirmam que alguns continuaram trabalhando mesmo doentes e outros até tiveram de obter licença para tratamento de saúde.

“Sim e inclusive estou de licença desde o dia onze de fevereiro, por problemas dentro da sala de aula”. (SP 16, escola B)

“Sim. Mais de três vezes. A última vez o caso foi mais sério, pois desenvolveu uma depressão”. (SP 19, escola B)

Mesmo aqueles que ainda não tiveram esta experiência, afirmam que o trabalho está levando ao esgotamento e prevêm a possibilidade de adoecerem.

*“Não. Ainda não. Está prestes a acontecer, pois o stress está muito grande”.
(SP 17, escola B)*

Dejours (1994) observa que o trabalho pode ser determinante de prazer ou de sofrimento e a Psicodinâmica do trabalho se detém na análise das situações que causam o adoecimento do trabalhador. As falas desses professores mostram que os mesmos já vêm experimentando sofrimento ou que acreditam que mesmo que ainda não tenham adoecido, o stress não deixará de afetar sua vida.

Categoria 2 – Motivos do afastamento

Os motivos que determinaram o afastamento foram assim apresentados pelos professores. Alguns desses motivos (ou sintomas) são de origem psíquica.

“Stress e início de depressão, devido à consequência de estar em sala de aula”. (SP 01, escola A)

“Tive depressão, durante três meses”. (SP 05, escola A)

“Foi estafa, eu tive dores de cabeça forte e insônia. Desenvolvi também a síndrome do pânico”. (SP 18, escola B)

*“Depressão. Tomei medicamentos e fiz tratamento com psiquiatra. Devido à burocracia do Estado para se afastar, já trabalhei doente”.
(SP 19, escola B)*

Mas existem também sintomas de origem orgânica, como alergias, amigdalites, rinite, entre outras.

“Tive rinite alérgica em decorrência do stress e da temperatura, associou a causa física e emocional”. (SP 06, escola A)

“Eu tive Amigdalite, foi diagnosticado pelo fato de eu falar muito. Fiz tratamento e me recuperei”. (SP 08, escola A)

“Tendinite, sinusite e ano passado tive uma crise de pressão alta que foi constatado pelo cansaço profissional. Eu fiz tratamento e tomei as medicações recomendadas pelo especialista. Também tive que tirar a safena da perna talvez por ficar muito em pé, calçado inadequado, grandes deslocamentos, mas não ficou comprovado”. (SP 25, escola B)

Morgan (2007) considera que a partir das condições de trabalho e do modelo de organização no qual o indivíduo se insere, o trabalho pode passar a ser penoso e de difícil realização, vindo a afetar tanto a saúde física quanto a saúde emocional do trabalhador. O magistério está se incluindo entre as profissões que mais adoecem e Codo em pesquisa realizada no ano de 1999 em todo o território nacional, mostrou isto, afirmando que não há uma política de saúde do trabalhador definida para os professores. Segundo este pesquisador da Fiocruz :

“É uma categoria acometida por diversas patologias que do ponto de vista da medicina do trabalho podem ser enquadradas como ocupacionais, em especial a laringite, mas entre os professores, ela não é tratada como doença ocupacional pela grande parte dos empregadores. Fica evidente que os professores são profissionais que têm no seu aparelho fonador um dos elementos fundamentais para o exercício de seu trabalho.” (CODO, 2005, p.2)

Os casos de violência contra professores atualmente integram o quadro de motivos de adoecimento, como foi relatado:

“Eu fui ameaçada de morte por uma aluna, com estilete em punho. E como eu tenho síndrome do pânico eu não consegui voltar a trabalhar até hoje”. (SP 16, escola B)

Categoria 3 - Fatores que o entrevistado aponta como determinantes do adoecimento dos professores

Os entrevistados expressaram seu ponto de vista sobre os fatores que podem determinar o adoecimento de professores:

“O mais frequente é o uso constante da voz, porque é o principal instrumento de trabalho, e os alunos estão muito sem limites, não percebem o momento adequado para falar, e isso faz com que os professores entrem em competição de voz com eles”. (SP 01, escola A)

São freqüentes as doenças do aparelho fonador, devido ao constante uso da voz,

existindo mesmo casos de professores que chegam a perder a voz, a ter tumores nas cordas vocais ou que experimentam rouquidão constante.

A Dra Bianco, psicóloga e coordenadora do programa Qualidade de Vida da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), cita que as principais doenças que acometem os professores são: disfunções músculo-esqueléticas; bursite; epicondilite; LER/DORT; as relacionadas à voz; doenças lombares e os transtornos mentais e de comportamento.

“O fato é que para um professor ficar com trinta, quarenta alunos em uma sala de aula com comportamentos e atitudes diferentes, isso de fato vai causar um stress no professor, porque nem todos os alunos têm aquela preparação para receber o conhecimento, e isso vai causar um desgaste muito grande no profissional da educação porque além de ensinar tem que educar”.

(SP 02, escola A)

“Outra questão é o excesso da carga horária de trabalho, no meu caso eu trabalho em dois turnos no total de quarenta horas semanais, fora o excesso de trabalho que acabo levando para fazer em casa”. (SP 06, escola A)

“A sobrecarga também contribui. Devido ao salário muito baixo somos obrigados a dobrar”. (SP 18, escola B)

Esses relatos apontam as condições de trabalho como responsáveis pelo adoecimento do professor: a carga horária de pé, o trabalho em dois turnos, necessário para se garantir um salário digno e o número elevado de alunos por classe. Tais condições foram abordadas por Codo (2005) em sua pesquisa sobre adoecimento de professores.

Mais recentemente, um novo fator de adoecimento vem se acrescentar: a violência que acontece nas escolas:

“A violência na escola e discussões com os alunos. São os que mais contribuem”.

(SP 05, escola A)

“A violência é muito grave, porque na escola em que eu leciono, existem assassinos, ladrões, traficantes e também temos alunos que estudam aqui que saem da prisão e são obrigados pela promotoria a estarem estudando e nós professores somos obrigados a aceitar esses alunos na escola. Então, a todo o momento nós ficamos muito inseguros, quanto a esses alunos”.

(SP 16, escola B)

Conforme os relatos anteriores, percebe-se que além da violência, a indisciplina dos alunos leva os professores a apresentarem sintomas de estresse e mesmo de *burnout*.

“O fator principal é o aluno manter uma boa disciplina em sala de aula, a maioria não aceita ser cobrado pelo professor, eles não tem noção de limites. Não tem interesse em aprender e de fazer exercícios em sala de aula”. (SP 19, escola B)

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação,

“Um em cada quatro educadores sofre de exaustão emocional. Quase metade deles, 48%, sofre algum sintoma de Burnout, síndrome relacionada ao estresse laboral e que afeta principalmente profissionais que lidam diretamente com a tarefa de cuidar de outras pessoas, caso dos trabalhadores da educação”.

Categoria 4 - Maiores dificuldades apontadas pelos professores da escola para o exercício de suas funções

“A falta de interesse dos alunos pelo estudo é o que me faz mais sofrer.”

(SP 03, escola A)

“A falta da presença dos pais na escola e a falta de espaço adequado para a realização de algumas funções”. (SP 07, escola A)

“Conciliar a extensa carga horária, com as exigências atuais do próprio sistema, que está exigindo cada vez mais qualidade, sem te fornecer nenhum suporte. A falta de

valorização do profissional”. (SP 09, escola A)

Esses fatores estão todos associados ao novo modelo de família, em que os pais se ausentam para trabalhar e assegurar o sustento da família, deixando aos professores e à escola a tarefa de educar seus filhos. Por outro lado, é difícil, neste quadro, esperar que os alunos tenham comprometimento com as tarefas escolares.

“A falta da estrutura familiar, os pais não são presentes na vida escolar do filho e esses alunos são praticamente criados na rua, pelo fato dos pais saírem cedo para trabalhar e buscar o sustento para a família e dessa forma os alunos não se comprometem com as tarefas escolares, trazem para a escola esses problemas e às vezes nós professores temos que estar conversando com os alunos para orientá-los, porque é necessário para o andamento do trabalho”.

(SP 18, escola B)

“A falta de material didático e com isso temos que providenciar apostilas, mas nem todos os alunos podem comprar”. (SP 24, escola B)

A tentativa que se tem feito de garantir o respeito à criança e ao adolescente tem, por vezes, incentivado o comportamento descomprometido dos jovens, como afirma este professor:

“Ultimamente tenho percebido muita violência na escola devido a vários fatores como a ampla proteção do conselho tutelar, o uso de drogas e o desajuste familiar”.

(SP 26, escola B)

Categoria 5 – Experiências traumáticas vivenciadas pelos professores no dia-a-dia da escola.

Os fatos citados nesta categoria mostram uma imagem triste que vem sendo vivenciada em nosso país e que a cada dia se avoluma: A profissão docente, cujos atrativos têm se tornado poucos (salário baixo, condições de trabalho deficientes, necessidade de investimento em qualificação) se torna ainda mais indesejada.

“Já presenciei adolescentes a saírem da escola acompanhadas com policia, já presenciei alunos depredarem a escola, colocarem bomba no banheiro da escola e também a agressão verbal que eles usam contra o professor, eles associam a vida externa do professor na escola”. (SP 04, escola A)

“Uma vez tentei separar uma briga de duas alunas. Eu segurei em uma delas e ela foi pra cima de mim para me bater, gritando “ih professora, me deixa”. Mandeí-a para fora de sala na mesma hora e a outra aluna precisaram segurá-la. Se eu não tivesse falado mais alto com ela, ela teria me agredido. Foi uma confusão, falei com a coordenadora e ela não se importou com o acontecimento, e eu fiquei muito decepcionada com essa atitude tanto da aluna como da coordenadora. Fiquei umas duas semanas muito mal”.

(SP 08, escola A)

As cenas de agressão são citadas pelos professores entrevistados e se repetem, conforme a fala dos entrevistados.

“Uma vez presenciei um aluno agredindo fisicamente uma professora, com uma raiva, sei lá, um sentimento que eu tive medo”. (SP 10, escola A)

“Já presenciei alguns professores serem agredidos fisicamente (tapa no rosto) e também de aluno com aluno (chutes, ameaças de morte).” (SP 12, escola A)

“Fui ameaçada por uma aluna que não fazia nada, ia para escola passear. Talvez por ser filha de policial então ela achava que não fariam nada com ela. No final do ano a garota me chamou e ameaçou que ai de mim se não a passasse de ano”.

(SP 17, escola B)

Casos de afastamento por doença não são comuns, mas até mesmo esta situação é mencionada em um dos depoimentos:

“Inclusive um dos meus afastamentos foi por motivo de ser ameaçada de vida. Esse aluno que me ameaçou inclusive foi preso por ser usuário de drogas e uma das

condições para sua soltura foi o retorno à escola. Comecei a ter síndrome do pânico e a pensar que tudo era alvo para o aluno me ameaçar. Andava de costas nos corredores para sempre ver quem estava ao meu redor. Se meu filho atrasasse um minuto para chegar da escola eu já ficava enlouquecida dentro de casa”. (SP 18, escola B)

“Já presenciei briga de dois alunos, eu fui tentar separar e o aluno me jogou no chão. Outra vez fui dizer a um aluno que a nota dele tinha sido anulada devido ao comportamento inadequado durante a prova, então ele teria que fazer outra prova. Ele chutou a mesa em que eu estava e me ameaçou”. (SP 19, escola B)

O conteúdo lamentável dos depoimentos apresentados dispensa comentários e felizmente a citação de situações similares em outros trabalhos acadêmicos ainda é rara. Apenas a mídia tem se ocupado, atualmente, da divulgação de casos como os que foram expostos pelos professores entrevistados. Urge, entretanto, que providências sejam tomadas, para que os professores não se tornem vítimas quando deveriam ser heróis.

Categoria 6 - Sugestões que o entrevistado daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável.

Diante das sugestões apresentadas pelos professores entrevistados, percebe-se uma falta de esperança de que se possa garantir uma condição de trabalho saudável para este profissional, como se observa nesta primeira observação:

“Cheguei à conclusão que a única maneira do professor ter a vida saudável é adaptar ao sistema, para que não adoecemos”. (SP 01, escola A)

“Um salário digno. Porque se hoje em dia um professor ganhasse bem ele não trabalharia em duas ou três escolas e com isso teria tempo para o lazer. É muito desgastante essa jornada excessiva e gera adoecimentos de professores, além de gerar um adoecimento psicológico. Principalmente para aqueles professores que

levam trabalho para estarem fazendo em casa”. (SP 05, escola A)

“Não cobrar muito do aluno intensamente porque isso causa um desgaste muito grande no professor. O professor tem que saber trabalhar o querer do aluno, pelo fato de ser uma opinião pessoal de cada um. Tem que saber lidar com os alunos de uma forma mais tranquila”. (SP 18, escola B)

“É o professor ter uma melhor condição para trabalhar, para conseguir levar a profissão em diante. Encontrar a melhor maneira para trabalhar com os alunos, para ser mais receptivo. Solicitar as sugestões dos alunos em sala de aula, e evitar discutir com eles”.(SP 19, escola B)

Raramente se tem ouvido de professores sugestões que possam tornar menos dolorosa sua jornada de trabalho. As falas apresentadas nesta categoria ficam como sugestões que a escola deve analisar e verificar a possibilidade de tornar realidade, uma vez que se reconhece a importância da saúde do trabalhador para o sucesso do trabalho.

A segunda parte da interpretação das entrevistas se refere à análise das falas dos gestores e também neste caso são agrupadas por categorias:

Categoria 1 - Tipo e manifestações de doenças determinantes no afastamento de professores da escola.

A análise das falas dos gestores sugere, numa visão geral, que eles consideram que a manifestação de diversas doenças psíquicas ou físicas se faz presente no âmbito escolar, conforme relatos.

“Existem casos de problemas psíquicos, stress e desgaste. Porque o professor pode chegar a dar cinquenta aulas semanais e com isso acontece um desgaste muito grande com o tempo”. (SG 01, escola A)

“Tem professores que tiram licença por pouco tempo, a maioria é por esgotamento e tem professores que exercem a função de ajustamento funcional, são os professores que ficam afastados e não podem atuar na sala de aula, por problemas adquiridos na função em que exerciam na sala de aula”. (SG 02, escola A)

“Existem professores que se afastam por problemas psicológicos como síndrome do pânico, cansaço e desmotivação no trabalho”. (SG 03, escola B)

O auge do adoecimento psíquico leva ao que hoje se denomina *Burnout*, tipo de adoecimento que segundo Reinhold (2002), resulta do estresse crônico. O termo *burnout* significa “consumir-se em chamas” e tem como características a exaustão física, emocional e mental. Esta modalidade especial de estresse ocupacional se manifesta através de um profundo sentimento de exaustão em relação ao trabalho desempenhado e que, sutilmente, vai se estendendo para todas as áreas da vida de uma pessoa. O conjunto das falas dos gestores aponta para esta possibilidade.

Categoria 2 - Fatores considerados determinantes de adoecimento de professores e maiores dificuldades que encontram para o exercício de suas funções nesta escola.

Nessa categoria, os gestores apontam os fatores determinantes do surgimento das doenças e daqueles que dificultam o exercício da profissão e que acabam também aumentando o índice de doenças manifestadas. Parece haver uma coincidência entre as afirmações dos gestores e dos docentes.

“Geralmente os motivos alegados é o desgaste, é o dia-a-dia do professor, inclusive quando o professor tem que trabalhar em duas, três escolas”. (SG 01, escola A)

“É justamente o acúmulo das funções que ele exerce. Mas hoje, além da relação ensino-aprendizagem, o professor tem que ser pai, mãe e psicólogo. Na realidade o professor tem que ter uma paciência muito grande. Hoje os alunos não querem estudar e ele tem que insistir para o aluno estudar. Isso no somatório dos dias e dos anos realmente há um desgaste violento”. (SG 01, escola A)

“A questão salarial, a questão da desvalorização do profissional, da credibilidade, falta de material escolar, falta de estrutura. A jornada excessiva de trabalho da grande maioria dos professores”. (SG 02, escola A)

“A discussão com os alunos contribui muito para o adoecimento dos professores, é o caso mais grave que acontece, o professor fica desequilibrado, perde a estrutura para trabalhar na sala de aula pelo fato de ficar nervoso, sentem dores de cabeça, choram e alguns chegam até a sentir ânsia de vômito”. (SG 03, escola B)

“A violência está muito grande pelo fato dos valores nas famílias dos alunos terem se perdido, onde a maioria dos alunos tem problemas sociais, os pais são muito ausentes da vida dos filhos porque trabalham o dia inteiro, então os filhos são criados com muita liberdade. E os alunos trazem todos esses problemas para a escola e começam a agredir os professores verbalmente e às vezes canalizam uma agressividade física, não com o professor, mas jogam objetos para cima, dão murros em paredes, e isso traz muito stress para o professor pois tira a tranquilidade dentro da sala de aula, trabalhando o tempo todo em sinal de alerta, se policiando”. (SG 04, escola B)

O que foi exposto pelos gestores lembra referência feita por Blasé (1982 apud ESTEVE, 1987), segundo o qual a conjunção de vários fatores sociais e psicológicos, presentes na situação em que se exerce a docência atualmente, está produzindo o que ele chama de “um ciclo degenerativo da eficácia docente”.

Categoria 5 - Sugestões que o gestor daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável.

Os gestores apresentaram algumas sugestões que poderiam evitar o adoecimento dos professores. Entretanto, essas sugestões não dependem apenas deles, mas também do sistema no qual estão inseridos.

“Ter um salário digno, isso significa que o professor vai ganhar mais e trabalhar menos. Exercer a paciência e o mais importante é ter o apoio da sociedade e da família, e isso o professor não tem, por esse motivo, ele fica desamparado”.(SG01,A)

“O professor deveria enxergar a educação de acordo com a realidade, entender os alunos que estão com problemas. É trabalhar em conjunto um com os outros”.

(SG 02, escola A)

“Se o professor trabalhasse menos, com uma carga horária menor, ele teria uma qualidade de vida melhor e poderia preparar mais a aula. Os professores precisam de atendimentos psicológicos para aprender a lidar com determinados alunos que aparecem na escola. E principalmente ser valorizado profissionalmente”. (SG 03, escola B)

“Seria despertar no aluno a necessidade que ele tem de estudar. Então, se o aluno tivesse a consciência de que ele tem que ir para a escola com o compromisso de aprender facilitaria muito. O segundo fator seria a presença da família na escola, acompanhando o filho, de fato esses seriam os recursos para vencer os problemas e estimularia o professor a trabalhar melhor e ter uma vida mais saudável”. (SG 04, escola B)

Pesquisa realizada por Mendes (2006) realça que a valorização da carreira de magistério exige, dentre outros aspectos, que sejam propostas políticas que garantam condições adequadas de trabalho. A autora acrescenta que a falta de tais condições representa para a escola um dos inúmeros problemas que a mesma tem que enfrentar. Além disso, as condições precárias são responsáveis por doenças dos professores, o que, por sua vez, compromete todo o processo de ensino e aprendizagem, já que os docentes constituem a espinha dorsal deste processo.

De acordo com relatório da UNESCO, o Brasil é o terceiro país membro desta entidade que paga os piores salários aos trabalhadores da educação (BARRETO, 2004). Disto resulta a necessidade dos professores trabalharem em mais de uma escola, de modo a garantir o atendimento das necessidades materiais, ao que se soma à precariedade das demais condições reservadas para o exercício da profissão.

6 . CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação é apontada pelas pesquisas de opinião em todo o Brasil como um dos três principais problemas do país, ao lado da segurança pública e da saúde. Pode-se afirmar que cada vez mais se percebe a importância da educação, e isto se torna evidente após a Constituição Federal de 1988, e posteriormente o disposto na Lei nº 9.394/96. A partir desses dispositivos, a educação ganhou um novo status, passando a ser mais valorizada, mediante a garantia da obrigatoriedade da educação básica para todos, da ampliação da oportunidade de educação para os menos favorecidos economicamente e de outras definições relacionadas à busca de qualidade no ensino.

Considerando-se a importância do educador para colocar em prática o que ditam as leis e o que esperam os cidadãos brasileiros, fica claro o quanto pode ser relevante que esses profissionais gozem de boa saúde. A consequência do adoecer do educador acaba afetando diretamente a qualidade do seu desempenho e afetando diretamente o desenvolvimento dos alunos e da sociedade. Neste sentido, o foco desta dissertação está voltado para o adoecimento dos profissionais que atuam na educação básica, considerados atualmente aqueles que mais experimentam os efeitos do trabalho sobre a fragilização de sua saúde.

O objetivo geral do trabalho consistiu em identificar e analisar as principais causas do adoecimento psíquico de professores de escolas públicas de educação básica em Minas Gerais segundo a visão de professores e de gestores dessas escolas.

Quando consultados a respeito do adoecimento psíquico, a maioria dos 15 professores da Escola A e dos 11 professores da Escola B afirmaram que já vivenciaram manifestação de adoecimento psíquico, embora nem todos tenham sido afastados por este motivo, tendo optado por trabalhar mesmo estando doentes. Alguns deles, que não chegaram a ter esta experiência desagradável, chegaram a afirmar que "ainda não adoeceram", mas percebem que isto virá a ocorrer.

O exposto pelos professores entrevistados encontra suporte no trabalho de Dejours (1994), que através Psicodinâmica do trabalho se detém na análise das situações que causam o adoecimento do trabalhador. Mesmo afirmando que o trabalho pode produzir prazer, o autor mostra que condições inadequadas de trabalho podem produzir sofrimento e as falas desses professores confirmam suas experiências negativas, além de admitirem que o estresse não deixará de afetar sua vida.

Ao enumerarem os fatores que determinam o adoecimento, os professores citaram o uso constante da voz; a carga horária de trabalho, que geralmente é dupla, para garantir um salário melhor; a necessidade de ficarem de pé por muito tempo, o número elevado de alunos por turma, a indisciplina que hoje é muito frequente nas escolas e o medo de serem vítimas de violência praticada pelos alunos e às vezes, por seus pais.

O primeiro objetivo específico do trabalho consistiu em distinguir as principais manifestações de doenças psicopatológicas associadas ao exercício da função do docente. De acordo com o ponto de vista dos professores entrevistados, a estafa, a depressão, o estresse são as principais manifestações de ordem emocional e psíquica, mas existem também manifestações de origem orgânica, tais como alergias, faringites, laringites, amigdalites, rinites e outras doenças ligadas ao uso constante da voz e à postura de pé a maior parte do tempo em que trabalham. Além disso, foram mencionados os medos relacionados ao clima de violência que nos últimos anos ronda o ambiente das escolas.

O segundo objetivo específico do trabalho consistia em levantar alguns incidentes críticos que emergem no cotidiano dos professores e foram mencionados os seguintes: ameaças de morte feitas por alunos, brigas de alunos que têm de ser separadas por professores para que não resultem em morte; existem casos em que a intervenção do professor resulta na reversão da agressão ao profissional que tenta evitar o mal; agressões físicas a professores praticadas por alunos (tapas no rosto, chutes); indisciplina que torna impossível ao professor exercer o seu papel, ausência dos pais na escola mesmo quando solicitados, determinando a falta de compromisso

dos alunos com as tarefas escolares e envolvimento deles com comportamentos inadequados na rua.

O terceiro objetivo específico consistiu em listar os principais focos de problemas enfrentados por professores de educação básica na região. Alguns dos apontados pelos professores estão associados ao funcionamento da escola, tais como: indisciplina dos alunos; convívio com assassinos, ladrões, traficantes, menores infratores que hoje devem frequentar as classes regulares; dificuldade de conciliar os horários de trabalho que geralmente são duplos. Existem, também, focos associados à nova estrutura familiar e às suas consequências: o trabalho da mulher, hoje indispensável à manutenção do orçamento familiar acaba gerando seu afastamento da educação dos filhos, que segundo os entrevistados são criados na rua; pais separados que reconstituem sua vida afetiva mesmo com prejuízo do ajuste familiar; falta de apoio dos pais quando solicitados a acompanharem o trabalho dos alunos.

Entre as sugestões apresentadas pelos professores entrevistados para evitar o adoecimento ressaltam-se as seguintes: adaptar-se ao sistema, para que não sofra adoecimento; exigir menos dos alunos, ter um salário mais digno, que evite a complementação em outra atividade e ter melhores condições de trabalho na escola.

As entrevistas com os gestores de certa forma confirmam as falas dos professores e entre as manifestações de adoecimento eles incluem a síndrome de pânico, o cansaço e a perda da motivação para o trabalho.

Entre os fatores que determinam o adoecimento do professor os gestores apontaram as discussões e desentendimentos com os alunos, a questão salarial, a questão da desvalorização do profissional, da credibilidade, falta de material escolar, falta de estrutura da escola e a jornada excessiva de trabalho.

No tocante às sugestões dadas pelos gestores para se evitar o adoecimento, foram lembradas as seguintes: o salário digno, a necessidade de o professor trabalhar de acordo com a realidade, evitando exigir mais do que é possível aos alunos. Fica evidente que nem todas essas sugestões dependem exclusivamente dos gestores,

mas requerem políticas públicas que valorizem o profissional de educação e assegurem as mesmas condições dignas de trabalho. Como foi citado, a UNESCO realça a colocação do Brasil entre os países que oferecem piores salários e condições de trabalho inadequadas para o exercício da docência.

No tocante às limitações deste estudo, vale realçar que a pesquisa é um estudo de casos e por isto não suporta generalização; os dados foram coletados em uma cidade do interior de Minas Gerais, que tem características próprias e mesmo sendo bem semelhante a outras deste estado, ainda assim vale a pena verificar se os fenômenos observados se repetem em outras localidades.

É fundamental para confirmação das conclusões aqui apresentadas que esforços sejam investidos em novas pesquisas desenvolvidas em outras escolas, além de se sugerir que também sejam ouvidos médicos do trabalho, e que se busque verificar se na capital os problemas são os mesmos identificados no interior. Além de contribuir para o aprofundamento do tema, essas pesquisas poderiam constituir referenciais para o planejamento da educação e para os órgãos de representação dos professores formularem suas propostas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil* / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3 ed. – rev e ampl. – São Paulo: Moderna, 2006, p. 324-368.

AVANCINI, M. *Sua majestade, o professor*. Pesquisa de sociólogo da UnB aponta que, para a maioria dos alunos, um bom docente vale mais do que instalações luxuosas. Revista Educação. 137. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12544>. Acesso em: 13 nov. 2010.

BARRETO, M. “Os educadores estão doentes. Quem são os responsáveis?” Informativo do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife. Recife: SIMPERE, novembro de 2004.

BATISTA, A. S.; CODO, W (coord.). Crise de identidade e sofrimento. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 60-85.

BATISTA, A. S.; EL-MOOR, P. D. Violência e agressão. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 139-160.

BATISTA, A. S.; ODELIUS, C. C. Infra-estrutura das escolas públicas. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 161-173.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. 2009. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2010.

BRASIL. Portaria nº 1339/GM Em 18 de novembro de 1999. *Brasil*, Brasília, 19 nov. 1999. Disponível em: www.saude.sc.gov.br/SaudeTrabalhador/portarias/Portaria%201339.doc Acesso em 18 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República / Casa Civil. *Plano Nacional de Educação*. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. 180º da Independência e 113º da República. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 18 nov. 2010.

CAMARGO, M. E. B. *Segurança do Trabalho e saúde ocupacional*. Canoas: ULBRA, 2010. 192 p.

CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. 432 p.

CODO, W (org.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2002.

CODO, W (coord.); GAZZOTTI, A. A. Trabalho e efetividade. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

CODO, W (coord.); VASQUES-MENEZES, I. Educar, educador. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 37-47.

CODO, W; SAMPAIO, J. J. C.; HITOMI, A. H. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1993.

CODO, W.; SAMPAIO, J.C. *Sofrimento psíquico nas organizações*. Petrópolis, Vozes, 1995.

CODO, Wanderley. Saúde do professor vai mal. Informativo DIESAT – Departamento Intersindical de estudos e pesquisas de saúde e ambientes do trabalho – outubro 2005

COUTO, H. A. *Saúde mental no trabalho – Um modelo e formas de pesquisa* (1994). In: Cadernos Ergo – O nexa técnico epidemiológico tem valor científico? 1 ed. Ergo, 2007, 108 p.

CRAWFORD, R. A emergência da economia do conhecimento. In: *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 15-33.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. (1994). *Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho*. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C.

Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo, Atlas.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho.* Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5 ed. São Paulo, Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuição de escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.* São Paulo: Atlas, 1993.

DEMO, P. *Formação Permanente de Professores: educar pela pesquisa.* In MENEZES, L. C. (org) *Professores: Formação e Profissão.* Campinas, S.P: Autores Associados, 1996. p. 273.

ESTEVE, J. M., *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.* Bauru: EDUSC, 1987.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* 3 ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. p. 2120.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n.1, p.93-104, 2001.

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-científicas.* 8 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 258 p.

FRANCO, M. L. P. B.. Possibilidades e limites do trabalho enquanto princípio educativo. *Caderno de Pesquisa* - artigo – São Paulo: n. 68, p. 29-37, fev. 1989.

G1 GLOBO. *Jornal Hoje. Agressão em sala de aula.* Professores relatam episódios de violência e vandalismo dentro das escolas, e o JH investiga as causas e soluções para a violência escolar. Edição 25 fev. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1173337-16022,00-AGRESSAO+EM+SALA+DE+AULA.html>. Acesso em: 18 nov. 2010.

G1 GLOBO. Jornal Nacional. *Lei torna ensino de música obrigatório nas escolas brasileiras a partir de agosto de 2011*. Na cidade de Santa Bárbara, em Minas Gerais, uma lei parecida já existe, e está ajudando muitos alunos de escolas municipais a melhorarem o desempenho em outras disciplinas. Edição 15 nov. 2010. Reportagem de Ricardo Soares. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/11/lei-torna-ensino-de-musica-obrigatorio-nas-escolas-brasileiras-partir-de-agosto-de-2011.html>. Acesso em: 18 nov. 2010a.

G1 GLOBO. Jornal Hoje. *Professora é agredida dentro da sala de aula em Porto Alegre. Aluno teria se revoltado por causa de uma nota baixa*. A professora sofreu fraturas nos braços e ferimentos no rosto. Edição 12 nov. 2010. Reportagem de Ivani Schütz. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2010/11/professora-e-agredida-dentro-da-sala-de-aula-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 18 nov. 2010b.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação* / Moacir Gadotti. Porto Alegre: Artes Médicas. Sul, 2000. P. 25 – 145.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas. 2002.

GOULART, I. B. *Texto do Curso de Especialização em docência do ensino superior*. Belo Horizonte, Unicentro Newton Paiva, 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2010.

INOCENTE, N. J. *et al. Organizações Universitárias: Avaliação da Depressão em Professores Universitários*. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração / ANPAD. [200-]. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?_=1&acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=280&cod_evento_edicao=33&cod_edicao_trabalho=7583&idioma=3. Acesso em: 18 nov. 2010.

JAYET, C. *Psychodynamique du travail au quotidien*. Paris: Alexitére, 1994 *apud* FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau

humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n.1, p.93-104, 2001.

LEITE, M. P.; SOUZA, A. N. *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil – Estado da Arte*. Departamento de Ciências Sociais na Educação / Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Os equívocos da excelência*. Petrópolis, Vozes, 1995,

LIPP, Marilda (organizadora) *Stress do Professor*. São Paulo, Papyrus, 2004. -

MARTINS, Maria das Graças Teles. Sintomas de stress em professores de ensino fundamental. Dissertação de Mestrado defendida em 19/07;2005 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, Portugal.

MASLACH, C. Entendendo o *burnout*. In: *Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

MENDES, Ana Magnólia. (org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Maria Luiza. *Condições de trabalho e saúde docente. VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ - Rio de Janeiro -RJ 1*

MORAES, L. F. R.; KILIMNIK, Z. M.; LADEIRA, M. B. A problemática do estresse ocupacional: uma revisão baseada em pesquisas brasileiras. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2/3, p. 145-153, mai./dez. 1993.

MORAES, L. F. R. *et al. Implicações do gênero na Qualidade de Vida e Estresse no Trabalho da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais*. OGT 14-01. Belo Horizonte, 2001.

MORGAN, G. *Imagens da Organização*. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

NORONHA, M. M. B. *Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais*. 2001. 157 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Belo Horizonte: Faculdade de Medicina /UFMG, 2001.

REINHOLD, H. H. "O burnout", In: M. LIPP (org.) *O stress do professor*, Campinas: Papyrus, 2002.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar* / Maria Luisa Santos Ribeiro – 18ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção memória da educação).

RICHARDSON, R. J. (1999) *Pesquisa social métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas.

RIGOTTI, J. I. R.; TOSTA, S. F. P. *Rede Particular de Ensino: Vida de Professor e Violência na Escola*. EDUC – Educação e Culturas – Programa de Pós-graduação em Educação / PUC Minas. Grupo de Trabalho de Educação – Sinpro Minas, 2008. Disponível em: <http://www.sinprominas.org.br/conteudos/detalhes.aspx?IdCanal=118&IdMateria=1286>. Acesso em: 17 nov. 2010.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

SORATTO, L.; OLIVIER-HECKLER, C. Os trabalhadores e seus trabalhos. In: CODO, W (coord.). *Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 89-110.

TERRA. *Veja os casos mais recentes de violência nas escolas*. Redação Terra, 07 jul. 2007. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1740995-EI306,00.html>. Acesso em: 18 nov. 2010.

VASCONCELLOS, C. S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. 6. ed. São Paulo: Libertad, 1997.

ZILLE, L. P. *Novas perspectivas para a abordagem do estresse ocupacional em gerentes: estudo em organizações brasileiras de setores diversos*. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005 *apud* PEREIRA, L. Z. Estresse e as implicações na vida dos trabalhadores: se você não é poderá ser a próxima vítima! *Novas Vertentes* – Revista de Saúde Mental do CHPB/Rede FHEMIG. Ano IV, Novembro 2006, p. 60-64.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES DE ESCOLAS

Dados de identificação do entrevistado:

Iniciais ou outro tipo de identificação:

Idade:

Sexo:

Formação: (curso que fez)

Cargo que ocupa:

Tempo de atuação profissional:

Tempo na escola:

Questões:

- 2 Existem casos de afastamento temporário (licença) ou permanente (aposentadoria) de professores nesta escola por motivo de doença adquirida no trabalho?
- 3 Quais os motivos alegados pelos professores afastados?
- 4 Você tem acompanhado o dia-a-dia dos professores da escola? Quais os fatores que você considera mais capazes de determinar adoecimento dos professores?
 - o uso constante da voz
 - a postura (em pé a maior parte do tempo)
 - discussões com os alunos
 - discussões e desentendimentos com os pais de alunos
 - violência na escola
 - outros fatores (solicitar que enumerem)
- 5 Quais as maiores dificuldades apontadas pelos professores da escola para o exercício de suas funções?
- 6 Quais as sugestões que você daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES DE ESCOLAS

Dados de identificação do entrevistado:

Iniciais ou outro tipo de identificação:

Idade:

Sexo:

Formação: (curso que fez)

Séries em que atua:

Tempo de atuação profissional:

Tempo na escola:

Questões:

4. Você já se afastou do trabalho temporariamente (licença) ou permanentemente (aposentadoria) por motivo de doença adquirida no trabalho?
5. Qual o tipo de doença e como ela se manifestou?
6. Quais os fatores que você considera mais capazes de determinar adoecimento de professores? (Peça que comentem cada item apontado)
 - o uso constante da voz
 - a postura (em pé a maior parte do tempo)
 - discussões com os alunos
 - discussões e desentendimentos com os pais de alunos
 - violência na escola
 - outros fatores (solicitar que enumerem)
7. Quais as maiores dificuldades que você encontra para o exercício de suas funções nesta escola?
8. Quais os motivos que o (a) levaram a escolher esta profissão?
9. Você já teve vontade mudar de profissão?
10. Existe alguma experiência traumática vivida por você no dia-a-dia da escola e que gostaria de comentar?
11. Quais as sugestões que você daria para que os professores pudessem ter uma vida profissional mais saudável?